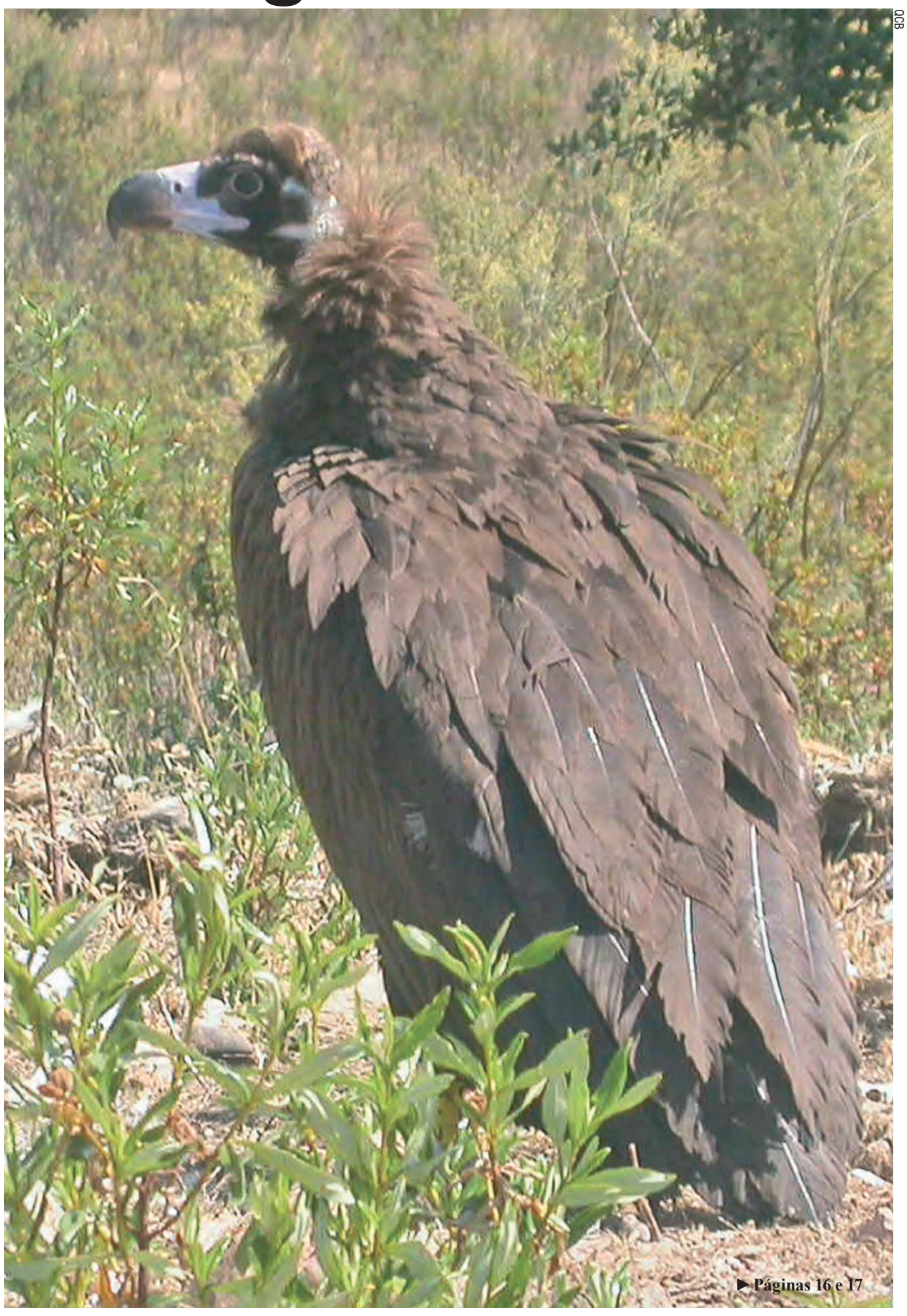
Quercus ambiente

Setembro/Outubro 2008 • Ano 5 • n.º31 • www.quercus.pt • Distribuição gratuita

Programa ANTÍDOTO – Portugal

Plataforma contra o uso ilegal de venenos



JCB

► Páginas 16 e 17

Libélulas

Situação da odonatofauna em Portugal

AS

► Página 6 e 7

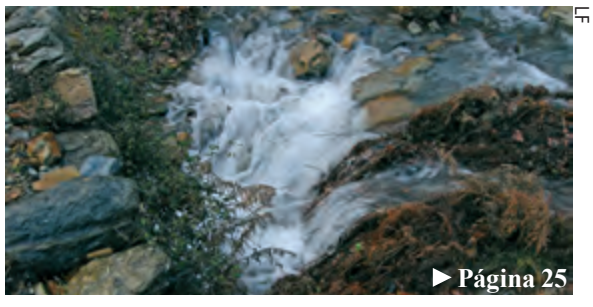
Entrevista a Ana Paula Pereira
Sobre o litoral

"Dinâmicas do litoral"

SV

► Página 4 e 5

A "Pegada de Água" (*Water Footprint*)



LF

► Página 25

E você?
É dono
do seu
Banco?

www.montepio.pt

Montepio
Valores que crescem consigo.

Fale connosco e conheça todas as vantagens de ser Cliente Associado.

Quercus interpõe Providência Cautelar

Sobreiros em risco de destruição por mega-urbanização

A Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza interpôs no passado dia 25 de Julho junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa uma providência cautelar para evitar o abate de 1200 sobreiros localizados na área da projectada mega-urbanização denominada Nova Setúbal, a Sul da Estrada Nacional 10 entre a saída de Setúbal e Vale da Rosa no sentido Setúbal-Algarve.

Direcção Nacional da Quercus

Esta urbanização foi objecto de um Plano de Pormenor aprovado em Assembleia Municipal em 21 de Abril de 2004 e publicado recentemente no Diário da República através do Edital n.º 199/2008, a 3 de Março de 2008. Entretanto foi requerido o abate dos sobreiros na área abrangida pelo referido plano em que grande parte corresponde à construção de um grande centro comercial. A Quercus pretende desta forma manter o cumprimento da legalidade com a salvaguarda do povoamento protegido de sobreiros e continuar a denunciar o conjunto de circunstâncias que têm permitido o sucessivo ultrapassar do quadro legislativo por parte de diversas entidades.

Enquadramento

A Câmara Municipal de Setúbal (CMS) em associação com a PLURIPAR e outros empreendedores promoveu nos últimos anos o desenvolvimento de um Plano de Pormenor que envolve a viabilização de uma mega-urbanização, de cerca de 7.500 apartamentos, para cerca de trinta mil habitantes, a nascente da cidade de Setúbal, vulgarmente conhecida por "Nova Setúbal".

Para viabilização deste projecto previsto no PPVRZOSI, os então Ministros da Agricultura, Capoulas Santos, e do Ambiente, José Sócrates, emitiram o Despacho Conjunto n.º 1051/2001 de 3 de Dezembro em 2001, a declarar a imprescindível utilidade pública do Plano de Pormenor, o qual só veio a ser aprovado este ano, para permitir o abate de cerca de 700 sobreiros em povoamentos protegidos legalmente. Este Despacho é nulo, dado que não foi efectuada a Avaliação de Impacte Ambiental do projecto, nem avaliadas as alternativas de localização existentes.

A Quercus considera flagrante o atropelo à legislação de protecção do sobreiro, nomeadamente a atribuição de utilidade pública a um Plano de Pormenor à data inexistente.

Após alterações à proposta do referido Plano de Pormenor, o mesmo foi aprovado em sessão extraordinária da Assembleia Municipal em 21.04.2004, tendo a ex-Direcção Regional de Ambiente e Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo efectuado proposta de ratificação parcial do PPVRZOSI, em 18.05.2004.

Inicialmente estava previsto o abate de 1700 sobreiros no total, dos quais apenas 700 foram considerados como povoamento; recentemente o promotor, veio requerer o abate de 1192 sobreiros, considerando apenas 577 em povoamento e 615 dispersos.

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 2º do Decreto Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, o qual restringe as autorizações para corte ou arranque em povoamentos de sobreiros e azinheiras, só é permitida a conversão de área de povoamento de sobreiros quando seja visada a realização de empreendimentos de imprescindível utilidade pública.

Deve-se limitar exclusivamente aos "bens colectivos" (estradas, hospitais, escolas, entre outros) e não a áreas para instalação de equipamentos de natureza privada (urbanização e centro comercial, nomeadamente), que visem apenas indirectamente viabilizar equipamentos colectivos (como o caso do estádio de futebol, objectivo político que desde o início tem sido a motivação para a aprovação do Plano de Pormenor).

DR

As iniciativas da Quercus

Preocupados com a forma pouco clara como este projecto foi sendo concebido e ainda com os seus óbvios impactes negativos para o concelho, quer na vertente urbana, social e ambiental, quer na vertente financeira, a Quercus e um Grupo de Cidadãos de Setúbal formularam, em 2003, um pedido de inspecção/fiscalização dirigido ao Ministro do Ambiente e à Inspecção Geral do Território.

A Quercus recorreu também ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada devido à necessidade de revogar o Despacho Conjunto referido. Em 2004 uma resolução do Tribunal de Contas mencionando o processo em causa dava razão e até ampliava as preocupações da Quercus. Exceptuando o relatório do Tribunal de Contas, infelizmente as outras iniciativas não tiveram até agora qualquer resposta.

A Quercus continua a considerar fundamental a revogação de uma decisão governamental, em nosso entender ilegal - o Despacho Conjunto nº 1051/2001.

A urgência da preservação dos cerca de 1200 sobreiros e a defesa de um modelo de ordenamento do território que não contempla uma expansão urbana desta dimensão e com a natureza prevista no Plano de Pormenor, obrigou a Quercus a interpor a providência cautelar para evitar o corte das árvores agora previsto.

As objecções da Quercus ao Plano de Pormenor são motivadas pelo seguinte:

Razões políticas e de ordenamento do território

► Não tem sentido em termos de ordenamento do território e numa lógica de desenvolvimento sustentável um crescimento periférico tão elevado (de cerca de 30%) da cidade de Setúbal;

► A área em causa tem características paisagísticas únicas, nomeadamente a presença de importantes manchas de sobreiros;

► A autarquia encontra-se com enormes dificuldades financeiras e o Plano de Pormenor implica gastos muito consideráveis para o seu orçamento no médio/longo prazo;

► O Plano de Pormenor, como explicado, tem implicações muito mais penalizantes para o Estado por comparação com o financiamento privado;

► Existe todo um conjunto de relações, decisões e negócios associados a este Plano de Pormenor que não deve ser esquecido e que nos parece pouco transparente.

Razões legais

► A atribuição de utilidade pública a todo o Plano de Pormenor e não apenas a determinados empreendimentos em causa não é considerada legal, nomeadamente porque um Despacho Conjunto ultrapassa a fundamentação do Decreto-Lei relativo à protecção dos sobreiros;

► O Tribunal de Contas tem de se pronunciar previamente sobre os contratos subjacentes ao Plano de Pormenor e, que tenhamos conhecimento, até agora não o fez.

EDITORIAL

Turismo insustentável

Hélder Spínola
Presidente da Direcção Nacional da Quercus

O turismo é um sector cuja qualidade e desenvolvimento depende das características naturais e culturais locais em que a perda desses valores pode transformar rapidamente um ciclo de prosperidade numa recessão sem retorno.

Vários exemplos de desenvolvimento turístico em Portugal têm caído inevitavelmente num modelo que descaracteriza o território e destrói os valores de referência desses destinos, levando à perda de qualidade. Para além de Lisboa, com um turismo ancorado na cidade, o Algarve e a Madeira, as outras duas regiões com maior número de dormidas, têm vindo a crescer à custa da massificação do sector e da ocupação, artificialização e descaracterização da paisagem, realidade que, a médio e longo prazo, pode vir a pôr em causa a sua sustentabilidade económica.

O turismo comporta, tendencialmente, enormes custos ambientais. O "simples" facto da prática do turismo implicar a deslocação de grande número de pessoas a distâncias que só estão ao alcance de uma mobilidade dependente de consumos energéticos elevados faz com que este seja um sector cuja sustentabilidade ambiental é muito difícil de alcançar. Por outro lado, as infra-estruturas turísticas, nomeadamente para alojamento, têm sido desenvolvidas, em muitos casos, sem o imprescindível e adequado ordenamento do território, representando impactes ambientais negativos que contribuem para a degradação dos valores naturais, nomeadamente paisagísticos, que muitas vezes são a razão que move os turistas a nos visitar.

A mobilidade e os edifícios são os principais responsáveis pelo consumo de energia, que em Portugal depende em mais de 80% dos combustíveis fósseis. Esta realidade é responsável pelas emissões de gases com efeito de estufa que conduzem às alterações climáticas que já se fazem sentir. O turismo, como já se viu, está fortemente associado a estes dois sectores e como tal não deixa de ser responsável por uma parte dos consumos energéticos e da dependência do petróleo que hoje se vive por todo o mundo.

Apesar de algumas unidades turísticas já apresentarem preocupações ambientais, nomeadamente com medidas para a redução dos consumos de água e energia ou produção de resíduos, a distância a que estamos do possível é ainda enorme. Um dos principais "pecados" ambientais que o turismo tem cometido em Portugal é a ocupação de zonas sensíveis, afectando habitats e espécies ameaçadas. São exemplos mais recentes desta situação os vários projectos turístico-imobiliários e respectivos campos de golfe que estão a ser projectados e construídos ao longo da costa alentejana em sítio da Rede Natura 2000.

No próximo dia 27 de Setembro comemora-se mais um Dia Mundial do Turismo, uma boa oportunidade para reflectir sobre o modelo que devemos seguir em Portugal para bem do ambiente e de uma economia sustentável a longo prazo.

Entrevista

a Ana Paula Pereira

sobre o litoral

"Dinâmicas do litoral"

"Ana Paula Ribeiro Ramos Pereira é geógrafa física, integra o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa e coordena o Grupo de Estudos de Dinâmica Litoral e Fluvial. Ao Quercus Ambiente deu a conhecer os projectos de investigação em desenvolvimento, apontou a necessidade de uma maior abertura do Instituto da Água, agora responsável pelo litoral, e questionou o abandono das Bases para a Estratégia da Gestão Integrada da Zona Costeira."

SOFIA VILARIGUES

Sofia Vilarigues

Que projectos se têm desenvolvido no Grupo de Estudos de Dinâmica Litoral e Fluvial?

Temos um projecto que se prende com a génese das paleopaisagens que existem no litoral. Nos últimos milhares de anos o litoral mudou muito. Este estudo é muito importante porque ajuda a compreender para onde é que o litoral pode ir, isto é, estudando o passado nós também podemos projectar por exemplo as subidas do nível do mar.

Há um outro projecto no litoral, que se prende com a monitorização das praias e do volume de sedimentos que elas contêm e a sua dinâmica ao longo do ano e ao longo de vários anos. Estamos a fazer uma espécie de banco de dados, que nos permitirá monitorizar as praias e fazer uma avaliação séria sobre se as praias estão a perder areia, realmente ou se, por exemplo, um ano em que têm menos areia, isso se deve apenas à sua dinâmica natural. Consideramos que isto também tem impactes no ordenamento do território, quer ao nível dos apoios de praia, quer também nos parques de estacionamento.

Temos ainda um outro projecto curioso, com a Universidade do Algarve, que é o estudo das plataformas rochosas de sopé de arriba. Nas praias, nem sempre existe areia. Muitas vezes existe uma plataforma de rocha. E essa plataforma evolui, por acção não só das ondas mas sobretudo dos seres vivos que nela habitam. Nós estamos a fazer um estudo comparativo de como é que essas plataformas evoluem e quais os seres vivos que as habitam, na Estremadura e no Algarve.

Qual considera ser a importância do estudo destas dinâmicas?

É muito importante. Porquê? Qualquer observador atento sabe que as praias são diferentes no Verão e no Inverno. No Verão têm muito mais areia, no Inverno emagrecem, como nós dizemos. Mas, no Verão seguinte, a areia é reposta na praia pelo mar. É uma dinâmica natural. Por isso, para avaliarmos se realmente a praia está em retrocesso, em perda de sedimentos, é preciso fazer uma análise de vários anos.

E, normalmente, no ordenamento do território isso não é considerado?

O que acontece, por exemplo, no ordenamento do território, é que se dimensionam por exemplo os parques de estacionamento, ou dizem que são necessários dois ou três apoios de praia em função da quantidade da areia que foi analisada numa dada altura, que se considera que não muda. Ora, sucede muitas vezes que, se a praia está a perder areia, como acontece na Costa da Caparica, os parques de estacionamento não ficam bem dimensionados. Quando se está a fazer um ordenamento do território ele não deve ser só resultante da observação na própria altura, tem de se perceber qual é a tendência evolutiva.

No caso da Costa da Caparica, por exemplo, qual seria o ordenamento a seguir?

Enfim, o problema da Costa da Caparica é que desde o início houve uma série de acções mal planeadas. Nos anos 50, houve uma série de temporais que romperam uma restinga que existia, uma língua de areia entre a Trafaria e o Bugio e acabaram por desencadear erosão. No final dos anos 60, quando se construiu a ponte sobre o Tejo, começou a haver uma muito melhor acessi-

bilidade à margem Sul. E, houve um boom brutal de ocupação do território, naquela planície litoral da Costa da Caparica. Ocupou-se mal, nessa altura não havia qualquer ordenamento do território, não havia regras. O que é que se fez entretanto, a partir da década de 70? Começou-se a construir em todo o lado, inclusive nas dunas. Ora as dunas e as praias estão em estreita relação, é como se fossem dois irmãos siameses. O vento vai buscar areia à praia para a pôr na duna, e a duna, por sua vez, fornece areia, quando há temporais, e o mar chega à parte mais alta da praia. No Verão, a areia volta à praia e o vento volta a pegar na areia e a pôr na duna. Ora o que aconteceu? Construiu-se nas dunas. E, portanto, essa ligação siamesa perdeu-se. A areia que ia da praia para as dunas passou a ir para cima das casas, e portanto a não ser efectiva, e por outro lado a duna deixou de poder alimentar a praia, e portanto a praia começa a perder areia. Agora, já só podemos ter uma atitude reactiva, tentar remediar. Podemos é evitar fazer os mesmos erros noutros lados.

Que tipo de atitude?

Agora, neste momento, fazer o que o INAG está a fazer, realimentação artificial.

Pode também referir exemplos do Algarve, que é paradigmático?

Sim. A urbanização de Vale do Lobo é um exemplo didáctico e paradigmático. Na altura, o Governo à revelia dos técnicos que acharam que não se deveria fazer ali a urbanização, decidiu avançar. E, então, construiu-se Vale do Lobo, que está na desembocadura de um pequeno curso de água, que foi completamente artificializado. Ora ali as arribas são de areia e, portanto, não aguentam uma grande carga. O que aconteceu? As numerosas vivendas que foram feitas, tinham muitos jardins, com relvados e um conhecido campo de golfe. Ora, a rega acabou por impregnar estas areias, e acabou por desencadear movimentos de queda de parte da arriba. Por outro lado, as areias que estão nas praias vêm essencialmente dos cursos de água que trazem as areias até ao mar. Mas as areias circulam também ao longo da costa. E, no caso do Algarve, circulam preferencialmente de Oeste para Leste. O que sucedeu, é que construíram dois grandes pontões em Vilamoura. Começou a faltar areia em Armação de Pêra, onde tiveram de construir 12 esporões. Mas como construíram os esporões, começou então a faltar ainda mais areia em Vale do Lobo. Então o mar começou a atacar a base da arriba. Portanto, é um exemplo de como um investidor não percebe que o litoral é um contínuo.

Estas noções estão subjacentes às Bases para a Estratégia da Gestão Integrada da Zona Costeira. Nós fizemos para o Ministério do Ambiente este documento, que foi publicado, num grupo que era coordenado pelo professor Veloso Gomes, da Faculdade de Engenharia do Porto.

O que aconteceu entretanto, que sequência teve o documento?

Para grande tristeza nossa, porque consideraram pelos vistos que o trabalho era importante foi publicado de resto, o Ministério não implementou as medidas que tínhamos preconizado. Neste momento, a responsabilidade do Litoral é do Instituto da Água e, portanto, é ao Instituto da Água que se deve pedir, assim como ao Ministério, responsabilidades sobre a não implementação de uma série de medidas depois de um diagnóstico que foi feito.

Nesta estratégia, fez-se o diagnóstico da situação, a definição das áreas mais críticas e deram-se uma série de medidas que deviam ser implementadas a curto prazo. Nós temos uma legislação abundantíssima sobre o litoral e tínhamos uma série de instituições que tutelavam o litoral. E algumas ainda o fazem. Por exemplo, o Porto de Lisboa tutela uma parte do estuário que é uma forma litoral. Portanto continuamos a ter ainda alguns problemas. Outros, deixaram de existir, porque se está a concentrar toda a gestão do litoral no Instituto da Água. Em qualquer dos casos, essas medidas já poderiam, algumas delas, ter sido implementadas. Urge que se o faça. Até para que não surjam depois empreendimentos turísticos em áreas demasiado sensíveis, com grandes riscos de erosão.

Empreendimentos que já estão previstos?

Sim. Por exemplo, alguém previu situações de maremoto em Tróia? Portugal tem um risco sísmico muito elevado. Deve-se alertar a população para o facto da ocupação destas áreas poder ter custos elevados.

Poderia referir algumas das medidas apontadas nas Bases para a Estratégia?

Bom, a primeira medida que é fundamental é a revisão legislativa. Nós temos muitas leis, algumas delas são até contraditórias. Tínhamos também proposto o Instituto do Litoral. Mas o que senhor ministro nos disse, o engenheiro Nunes Correia, foi que não havia disponibilidade financeira para criar um instituto e que o litoral ficaria a ser tutelado pelo Instituto da Água, como está de resto a ser. Agora, o Instituto da Água tem que se reorganizar, no sentido de dar resposta a tudo isto. Tem de ter em conta o conhecimento que existe no país, que é reconhecido internacionalmente. As pessoas que têm conhecimento devem ser ouvidas, e o INAG neste momento não é o Instituto aberto que já foi em tempos, e portanto necessita de retomar essa política de diálogo.

Por outro lado, outro aspecto muito importante, e que eu penso que é fundamental, é motivar os jovens, desde a escola primária. Nós propúnhamos que a GIL – Gestão Integrada do Litoral, fosse introduzida nos planos das disciplinas, no ensino básico. Outra medida muito importante: promover a investigação científica. E depois havia as medidas pontuais, claro.

Referiu a questão da subida do nível do mar...

Uma das razões da erosão do litoral é também, embora ainda não seja a principal, a subida do nível do mar. O que está a acontecer é que o nível do mar está a subir, porque com o aquecimento está-se a expandir termicamente. E o que é grave é que, mesmo que agora o planeta deixasse de aquecer, a inércia que aquele enorme volume de água tem vai continuar a expandir-se, a aumentar de volume. Portanto, isso faz com que o litoral seja cada vez mais uma área de risco. Isto vai implicar, provavelmente, algumas mudanças de população.

Gostaria de referir mais alguns projectos que estejam a desenvolver?

Sim. No que diz respeito às áreas fluviais, nós temos concentrado a nossa investigação na lezíria do Tejo. E, num projecto com a Faculdade de Ciências, quisemos estudar como é que se construiu a lezíria do Tejo e como é que ela foi evoluindo ao longo do tempo. Fizemos análises muito variadas, nesse âmbito. Verificámos, por exemplo, que havia contaminação dos solos. Havia contaminação em chumbo, embora não sejam valores ainda preocupantes. Porquê? O chumbo vem da atmosfera, da combustão dos combustíveis fósseis, da gasolina com chumbo, que depois a precipitação traz outra vez até à superfície. Encontrámos também na lezíria do Tejo, à saída do Alviela, crómio a contaminar os solos. De onde vem o crómio? Da contaminação das águas que vêm do maciço calcário estremenho, perto do Alviela, onde havia cortumes, fábricas de cortumes. E, embora agora já não haja, o tempo de residência destes elementos químicos é grande e eles mantém-se. Também encontrámos cobre. Também não são dados preocupantes mas está lá. E pensamos que resultou de uma prática que hoje caiu em desuso mas que se usou muito tempo que era a sulfatação das vinhas.

Outro projecto prende-se com um vale de um rio, o rio Côa. Foi um projecto que nos foi proposto pelo IGESPAR, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, que nos propôs participar com conteúdos para o Museu de Foz Côa.

Neste momento, o Centro de Estudos Geográficos, como laboratório de excelência, e o Departamento de Geografia pretendem organizar-se num instituto de geografia e ordenamento do território, que aguarda apenas aprovação pelo senhor ministro, e que foi proposto pela Comissão Estatutária da Universidade de Lisboa. Vamo-nos autonomizar.

SOFIA VILARIGUES

> “...alguém previu situações de maremoto em Tróia? Portugal tem um risco sísmico muito elevado. Deve-se alertar a população para o facto da ocupação destas áreas poder ter custos elevados.”

Em Foco

Libélulas

Situação da odonatofauna em Portugal

A fauna de Odonata de Portugal é uma das menos estudadas da Europa, sendo este facto surpreendente se tivermos em consideração que o país se situa na Península Ibérica, um "*hot spot*" entre a fauna Paleártica ocidental e Paleotropical, constituindo o limite ocidental da Europa.

ALANO SOARES

Sónia Ferreira

O seu estudo teve início há mais de dois séculos, no entanto, a distribuição conhecida das espécies é ainda claramente insuficiente e distorcida pelo reduzido esforço de amostragem; paralelamente o catálogo de espécies apenas recentemente foi alvo de uma análise crítica. No presente trabalho é apresentada uma breve perspectiva histórica do estudo dos Odonata em Portugal assim como dos trabalhos recentemente realizados. Será ainda feito um esboço do estado do conhecimento actual focando a distribuição das espécies, as lacunas de informação e as espécies protegidas, raras e/ou menos conhecidas.

A fauna de Odonata de Portugal é uma das menos estudadas da Europa, sendo este facto surpreendente se tivermos em consideração que o país se situa na Península Ibérica, um "*hot spot*" entre a fauna Paleártica ocidental e Paleotropical (Ferreira & Weihrauch, 2005). Recentemente, o estudo deste grupo conheceu um avanço significativo graças à publicação de uma bibliografia anotada (Ferreira & Weihrauch, 2005) e de um catálogo crítico de espécies (Ferreira et al., 2006), que constituem bases sólidas para os estudos que venham a ser elaborados no futuro.

Breve perspectiva histórica

A primeira referência à presença de espécies de Odonata em Portugal data de 1797, e foi publicada por Dominicus Vandelli no primeiro volume das Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Desde então surgiram mais de 110 trabalhos contendo dados sobre a odonatofauna portuguesa, na sua grande maioria (cerca de 80) da autoria de estrangeiros. A sua aparição em termos temporais é caracterizada por uma certa irregularidade, apresentando um forte incremento nas duas últimas décadas. Assim, até ao ano de 1900 existiam 11 trabalhos com informação relativa aos Odonatos de Portugal, de 1901 até 1985 surgiram 23 trabalhos, e desde 1986 até ao presente foram publicados 79 trabalhos, muitos dos quais com informação particularmente relevante em termos de Inventário e/ou Distribuição das espécies.

No entanto, da totalidade de trabalhos existentes, apenas 81 possuem dados mapeáveis, isto é, com precisão geográfica suficiente para serem representados a uma malha decaquilométrica ou de maior resolução geográfica. Verifica-se ainda uma heterogeneidade geográfica bastante acentuada ao nível nacional, estando as áreas mais prospectadas, relacionadas tanto com a proximidade de Unidades de Investigação, como a área do vale do rio Mondego (profusamente estudada nas décadas de 1920 e 1930 por investigadores da Universidade de Coimbra), como com a localização de áreas turísticas. Este último factor é de especial significância dado que a grande maioria dos registos e/ou colheitas entomológicas resultam de actividades levadas a cabo durante o(s) período(s) de férias, tendo consequências no conhecimento da odonatofauna quer ao nível geográfico, quer ao nível fenológico. Assim, não é possível assegurar que a reduzida informação existente relativa a determinadas espécies, de que é exemplo *Brachytron pratense* (Müller, 1764), se deve à sua raridade efectiva ou à sua fenologia, dado tratar-se de uma espécie primaveril na Península Ibérica.

Na globalidade dos trabalhos é referida a presença de mais de 70 espécies de Odonatos, e apesar da existência de vários catálogos de espécies (Santos, 1883; Seabra, 1942; Nogueira & Silva, 1970; Aguiar & Aguiar, 1985) verificou-se existir falta de coerência e diversas questões relativas à

efectiva presença de determinadas espécies em território português, nomeadamente a "presença" de espécies posteriormente excluídas da fauna da Península Ibérica (Ocharan Larondo, 1988).

ALANO SOARES

Em consequência das questões levantadas durante a preparação e publicação da bibliografia anotada da literatura odonatológica de Portugal continental, Madeira e Açores (Ferreira & Weihrauch, 2005) foi realizado um estudo exaustivo da informação disponível. Assim, procedeu-se à compilação e análise dos dados bibliográficos; ao estudo de coleções de Museus, Instituições e de colecções particulares, assim como à realização de trabalho de campo para verificar a adequação do habitat e recolha de novos dados. Em resultado deste estudo foi possível excluir a presença de 22 taxa cuja presença não foi possível confirmar; confirmar a presença de *Coenagrion pulchellum* (Vander Linden, 1825); elaborar a lista de espécies com presença comprovada em Portugal assim como uma lista de espécies que no futuro poderão ser adicionadas ao catálogo nacional, tendo-se procedido à publicação destes resultados (Ferreira et al., 2006). A informação obtida serviu ainda de base à delimitação das áreas de distribuição das espécies para Portugal apresentadas por Dijkstra & Lewington (2006) com excepção de uma espécie, C. pulchellum, dado que a confirmação da sua presença em Portugal foi posterior à elaboração dos referidos mapas.

Estado do conhecimento actual

Actualmente a Odonatofauna de Portugal continental, Madeira e Açores inclui 65 espécies, das quais 41 anisópteros e 24 zigópteros, sendo possível encontrar 63 espécies no continente, 6 no arquipélago da Madeira e apenas 4 no arquipélago dos Açores. Apesar do reduzido número de espécies presentes nos arquipélagos, a sua fauna apresenta espécies de especial relevância conservacionista. Assim, no arquipélago da Madeira destaca-se a presença de populações de *Sympetrum nigrifemur* (Selys, 1884), um endemismo macaronésico partilhado com o arquipélago das Canárias. No caso do arquipélago dos Açores, são as populações de *Ischnura hastata* (Say, 1839) que merecem especial atenção dado serem constituídas exclusivamente por fêmeas, sendo as únicas do mundo a apresentar partenogénese em condições naturais.

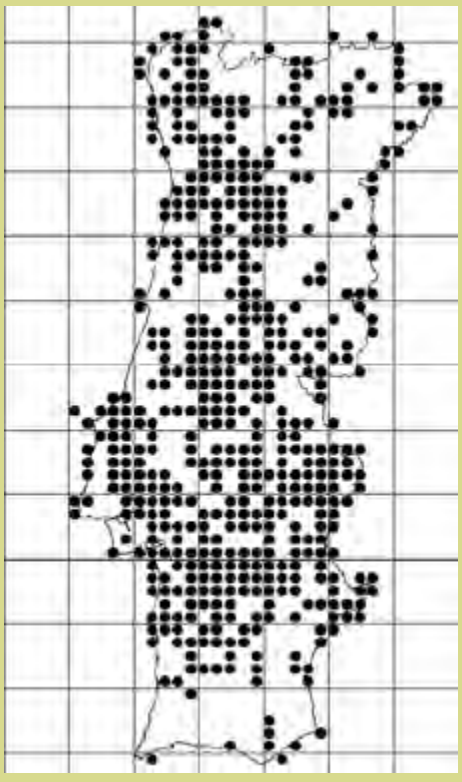
Em Portugal continental ocorrem 63 espécies de Odonata das 76 conhecidas da Península Ibérica. Em termos de área de distribuição de cada uma das espécies os conhecimentos são ainda particularmente escassos, sendo notória a ausência de prospecções em grande parte do território, sendo que mais de 50% das quadrículas de 10 km não apresentam uma única espécie citada. Considerando apenas as quadrículas decaquilométricas que apresentam dados, a média da riqueza específica registada é de apenas cinco espécies por quadrícula. Se diminuirmos a escala desta análise e considerarmos as quadrículas de 50 km verifica-se que apenas 4 quadrículas marginais não apresentam dados, no entanto 15 quadrículas apresentam menos de 10 espécies e a média nas quadriculas com dados é de apenas 18 espécies.

ALANO SOARES

Curiosamente, e contrariamente ao que seria expectável, espécies raras como *Macromia splendens* (Pictet, 1843) ou *Oxygastra curtisii* (Dale, 1834) apresentam mais registos de ocorrência do que outras espécies tidas como comuns, como é o caso de *Ischnura pumilio* (Charpentier, 1825) ou *Aeshna cyanea* (Müller, 1764), reflectindo um enviesamento claro das amostragens em favor destas espécies dado o seu estatuto e distribuição a nível global. No entanto, a informação disponível para as quatro espécies protegidas que ocorrem no país é bastante reduzida, ou mesmo inexistente, relativamente a aspectos tão diversos como as áreas efectivas de distribuição, os requisitos ecológicos, a ocupação de habitat, os efectivos e tendências populacionais. Desta forma, torna-se inviável avaliar e/ou tentar inferir adequadamente o futuro das populações, quer a nível regional, quer a nível nacional, assim como prever o impacto de quaisquer alterações que venham a ocorrer sejam elas causadas pelo Homem ou decorrentes de processos naturais, o que compromete obviamente a sua conservação.

Apesar das lacunas que se verificam em relação aos diversos aspectos referidos, as perspectivas relativamente ao desenvolvimento do conhecimento e da conservação dos Odonatos em Portugal são francamente animadoras. Assim, para além das espécies protegidas do grupo terem começado recentemente a ser consideradas em estudos de impacte ambiental, Portugal vai ter uma participação activa na elaboração do Atlas Europeu de Odonata, fruto de estudos actualmente em curso em várias áreas, a qual contribuirá para o aumento do conhecimento sobre a distribuição das espécies e permitirá uma melhor aferição dos seus estatutos de conservação.

Libélulas - desertos de informação



Durante a última década o interesse e curiosidade sobre a fauna de Libélulas na Europa verificou um crescimento notório, perceptível por exemplo pelo aumento considerável no número de voluntários que se dedicam ao seu estudo assim como o aumento do número de guias de campo publicados em diversas línguas. A relevância dos Odonatos como bioindicadores da qualidade dos habitats tornou-se amplamente reconhecida e ocupam actualmente um papel importante nas estratégias de conservação da natureza em diversos países europeus.

Visando promover o interesse por este grupo e incrementar o seu conhecimento, nos finais do ano de 2005 teve início um projecto que resulta da colaboração entre numerosos especialistas e associações que se dedicam ao estudo do grupo, com vista à elaboração de um Atlas Europeu de Libélulas em 2010.

Em Portugal o conhecimento sobre este grupo é ainda escasso relativamente às áreas de distribuição das espécies e mais de 50% do território nacional não possui qualquer registo de ocorrência de libélulas (assinalado no mapa a preto)!

O que lhe propomos é que participe neste projecto e ajudar a melhorar o conhecimento sobre as libélulas de Portugal. Como? É simples e vai ver que não é preciso ser um especialista para participar! Tem fotos de libélulas? Conhece locais com muitas espécies? Contacte-nos, a sua participação é essencial para reduzir a falta de informação existente!

Para mais informações visite:

► Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto (CIBIO-UP) Campus Agrário de Vairão; R. Padre Armando Quintas, Crasto 4485-661 Vairão.
Site: www.naturalis.nl/europeandragonflies
E-mail: hiporame@gmail.com
E-mail: libelulaspt@gmail.com

Referências

► AGUIAR C. & S. AGUIAR (1985) Estudos Odonatológicos em Portugal. Odonatos Portuguêses. Odonatos Africanos em Portugal. Boletim da Sociedade Portuguesa de Entomologia 4, Suplemento 1 [Actas do II Congresso Ibérico de Entomología]: 245-267

► DIJKSTRA K.-D. & R. LEWINGTON (2006) Field Guide to the Dragonflies of Britain and Europe. British Wildlife Publishing, Gillingham, Dorset.

► FERREIRA S., J. M GROSSO-SILVA, M. LOHR, F. WEIHRAUCH, & R. JÖDICKE (2006) A critical checklist of the Odonata of Portugal. International Journal of Odonatology 9 (2): 133-150.

► FERREIRA, S. & F. WEIHRAUCH (2005) Annotated bibliography of odonatological literature from continental Portugal, Madeira and the Azores (Odonata). Libellula 24 (1/2): 109-128.

► NOGUEIRA C. D. S. & F. A. SILVA (1970) Insectos de água doce da fauna lusitânica (revisão bibliográfica). Estudos e Divulgacão Técnica, Grupo A, Secção Aqüicultura. Ed.: Secretaria de Estado da Agricultura, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aqüicolas.

► OCHARAN LARONDO F. J. (1988) Composición de la odonatofauna Ibérica. Revista de Biología de la Universidad de Oviedo 6: 83-93

► SANTOS F. M. (1883) 4. Contributions pour la faune de Portugal. A. Notes entomologiques. I. Orthoptères. 1. Pseudo-Neuvroptères, Amphybiotiques, Fam. Odonata. Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes 9 (34): 88-104

► SEABRA A. F. DE (1942) Contribuïções para o inventário da fauna lusitânica. Insecta. Odonata. Memórias e Estudos do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra 129: 1-8.

► VANDELLI D. (1797) Floræ, et Faunæ Lusitanicæ Specimen. Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa 1: 37-79

As grandes ameaças das turfeiras dos Açores

Turfeiras (Foto 1) são genericamente ecossistemas em que o nível da água se encontra à superfície ou perto desta e em que o encharcamento é suficientemente prolongado para promover processos típicos de solos mal drenados como o desenvolvimento de vegetação hidrófitica (adaptada a condições de encharcamento) e a promoção da formação de turfa, que é um tipo de substrato pedológico que se desenvolve em condições de encharcamento e anóxia (ausência de oxigénio).

CÂNDIDA MENDES / GEVA

Foto 1. Turfeira de Sphagnum em estado natural. Ilha das Flores.

Cândida Mendes* e Eduardo Dias
Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores - GEVA

As turfeiras dos Açores são formações ainda bastante desconhecidas para o mundo e mesmo dentro do país, para onde a referência à existência destes ecossistemas, se restringe a pequenos mosaicos em áreas montanhosas de Portugal continental.

O desenvolvimento de estudos e a sua publicação são factores primordiais para conhecer a riqueza biológica dos Açores, nomeadamente em termos de zonas húmidas e espécies associadas pelo que uma série de estudos de pormenor estão a decorrer sob a responsabilidade do GEVA, na Universidade dos Açores. De facto os Açores são uma área primordial no país, não só em termos de extensão de turfeiras mas também em diversidade tipológica e grau de conservação das mesmas. Pode-se mesmo dizer que as zonas altas da maioria das ilhas do arquipélago são ocupadas por vegetação húmida, predominantemente turfeiras, devido à entrada de grandes volumes de água (precipitação e intercepção dos nevoeiros) e à presença de plácico (cujas características promovem a impermeabilização do substrato).

Grande parte dos tipos de turfeiras identificadas para os Açores estão protegidas pela Directiva Habitat DL 49/2005 de 24 de Fevereiro, nomeadamente as turfeiras altas activas, altas degradadas (ainda susceptíveis de regeneração natural), turfeiras de cobertura e ainda as turfeiras de transição e com relevo ondulado. Este reconhecimento da sua importância deve-se ao facto de serem cada vez mais raras e serem elas próprias habitat de uma enorme diversidade de espécies raras protegidas. Além disto actuam como reservatórios naturais de acumulação e limpeza de água, extremamente importante quando a água se vai transformando num raro recurso, ainda mais quando se trata de meios insulares de território e recursos limitados.

Existem ainda nas ilhas Açorianas uma grande quantidade de turfeiras em estado selvagem, no entanto, uma crescente ocupação dos solos pelo homem e a sua utilização intensiva tem vindo gradualmente a alterar o status destes ecossistemas, levando em situações extremas ao seu desaparecimento. Reconhece-se que o Homem modifica o meio ambiente sem atender às heranças patrimoniais, provocando a destruição desordenada da paisagem. Tendo em conta os objectivos deste trabalho são apresentadas as ameaças mais significativas e aquelas que maior impacto tem no natural desenvolvimento duma turfeira.

CÂNDIDA MENDES / GEVA

Foto 2. Arroteia de turfeira para implantação de pastagem. Ilha Terceira.

De acordo com os dados obtidos neste trabalho há um aspecto desde já a realçar: do conjunto das turfeiras estudadas (dados relativos a turfeiras de Sphagnum mas de certa forma aplicável às outras tipologias) conclui-se que a maioria, cerca de 75%, encontra-se sobre acção directa ou indirecta do Homem, apenas cerca de 25% das turfeiras não possuem qualquer tipo de agressão. No entanto, a capacidade regeneradora destas formações nas ilhas Açorianas é comprovadamente muito alta, de modo que não queremos deixar de apontar que a grande maioria das turfeiras alteradas iria renaturalizar-se em poucos anos se a actividade que sobre esta incide fosse removida. Em casos mais graves (de turfeiras destruídas ou muito degradadas) seriam necessárias actividades de restauro, já muito frequentes em países onde ocorreu uma destruição massiva das suas turfeiras, como o Canadá e Irlanda, entre muitos outros. Nos Açores, ainda vamos a tempo de salvar e principalmente cuidar do património que a natureza nos brindou, o grande postar dos Açores, apenas é preciso cimentar mentalidades e cada vez mais apostar em investigação e conservação.

Perturbações antrópicas

Arroteias: Trata-se de uma agressão muito frequente (Foto 2). Duma forma geral o objectivo destas arroteias é a florestação (geralmente com Criptoméria, caso da Foto 3 e/ou eucalipto) ou a implantação de pastagens. Em alguns casos, visam apenas a abertura de caminhos. A arroteia pode ser feita na área específica da turfeira, levando à sua destruição. Quando esta prática é realizada em zonas envolventes, não destrói directamente a turfeira, mas pode ter efeitos desastrosos devido à alteração do status hídrico da turfeira, por desvio das águas e por infiltração destas. Leva também à ruptura da camada impermeabilizante.

Pastoreio e pisoteio marginal: O pastoreio e o pisoteio são sem dúvida uma actividade lesiva para as turfeiras uma vez que o gado em liberdade (Foto 4) altera a estrutura e composição destas comunidades naturais. Além disso impede a regeneração natural e destrói significativamente os cobertos. Um problema que se põe é o facto de que parte das turfeiras estudadas situam-se dentro ou junto de terrenos privados não sendo, por isso, fácil o entendimento ou sensibilização das pessoas intervenientes, de forma a garantir uma integridade desejável para estas áreas, pelo menos se não existir um esforço planeado das entidades responsáveis.

Consequências da presença de gado nestas áreas:

► Com o pisoteio e com a deposição de dejectos do gado, dá-se a destruição parcial do tapete de vegetação natural formando-se pequenas clareiras onde geralmente surgem hummocks (Foto 5). A formação destes deve-se a um aumento de nutrientes disponíveis no meio, criando condições pouco competitivas para as espécies típicas (que variam em função do tipo de turfeira).

► A formação de carreiros pode dar origem a pontos de escorrência e consequentemente perdas hídricas.

► O peso dos animais pode dar origem a pontos de ruptura da camada impermeabilizante.

Lixos: Hoje, a capacidade tecnológica do Homem e os desajustes ecológicos que provoca no meio vegetal natural, através do abandono de lixos em concentrações elevadas (Foto 6), tem alterado a paisagem

natural. Este problema restringe-se a turfeiras que se situam em bermas de estradas ou caminhos. Os lixos depositados nestes locais são essencialmente biodegradáveis, lenhas, carcaças de animais, etc.

Utilização de fertilizantes: As pastagens em torno das turfeiras são geralmente do tipo permanentes. Por vezes os agricultores recorrem à utilização de fertilizantes para melhorar a pastagem e aumentar a sua produção, levando a um desequilíbrio nutritivo dentro da turfeira. Em casos extremos pode pôr em risco a dominância do Sphagnum.

CÂNDIDA MENDES / GEVA

Foto 3. Floresta de Criptoméria recentemente implantada em zona de turfeira degradada. Ilha Terceira.

CÂNDIDA MENDES / GEVA

Foto 4. Pastoreio em zonas anexas a turfeira. Ilha das Flores.

Construção de canais de drenagem: O seu objectivo consiste em abrir drenos na extremidade da turfeira (Foto 7) para que a água desta seja desviada para simplesmente secar a turfeira ou ser usada para regas ou para dar de beber aos animais.

Colheita de leiva: Verificou-se em algumas turfeiras que estas tinham sido alvo de recolha de leiva (Foto 8), acção esta com tendência a aumentar, podendo atingir proporções preocupantes pelo interesse da turfa em culturas sob coberto.

Avanço de espécies exóticas: Esta geralmente ocorre como resultado de outra agressão como arroteia, rompimento da camada impermeabilizante, etc. As espécies mais frequentes são o Hedychium gardnerarum, Clethra arborea (Foto 9) e a Gunnera tinctoria entre muitas outras.

CÂNDIDA MENDES / GEVA

Foto 6. Deposição de lixos em zona de turfeira. Ilha das Flores.

Perturbações naturais

As perturbações naturais são pouco frequentes em turfeiras. Estas perturbações podem ser encaradas como agressões ou, vistas a longo prazo, como formas de desenvolvimento e dinâmica da turfeira sem os quais esta poderia até não existir. Realçamos os seguintes fenómenos de perturbações naturais:

CÂNDIDA MENDES / GEVA

Foto 5. Hummocks (zonas sobrelevadas) formados por efeito de pastoreio intensivo. Ilha de S. Miguel.

Erosão: Ocorre essencialmente nas turfeiras de encosta (Foto 10), essencialmente em turfeiras florestadas de grande declive. É um tipo de erosão torrencial; a sua frequência depende do declive e do peso que a estrutura consegue suportar. Pode estar dependente da ocorrência de tremores de terra. É um problema com fraca expressão na maioria das ilhas.

Ruptura da camada impermeabilizante: Será essencialmente devido a tremores de terra e pode acontecer em qualquer tipo de turfeira. Geralmente com um maior impacto nas turfeiras jovens, já que nas evoluídas, a turfa plástica é também um elemento impermeabilizante. No entanto, existindo informação oral de situações destas no sismo de 1 Janeiro de 1980, não foi encontrado nenhum caso onde a própria turfeira não tivesse retomado o seu equilíbrio funcional

Algumas medidas de conservação de turfeiras em áreas da Rede Natura 2000

Em função desta realidade, e assumindo que estando dentro da Rede Natura 2000 se consegue utilizar alguns instrumentos de gestão existentes como a Directiva Habitats e mais recentemente o programa Pró Rural (com apoios específicos para áreas da Rede) assinalam-se algumas medidas que deveriam ou poderiam ser tomadas para a salvaguarda destes habitats. Assim genericamente para conservar turfeiras há que se visar a garantia da movimentação superficial da água na paisagem. E, assim sendo, a gestão deve incidir no controle de actividades agrícolas nas suas margens, onde se verifiquem adubações e deposição de lixos. A presença animal provenientes de explorações agro-pecuárias, deve ser minimizada. Outros factores como passagem de pessoas, abertura de estradas ou caminhos que alterem a movimentação lateral de água têm de ser aspectos a considerar na gestão destes habitats. Assinala-se que existem áreas em que a actividade agro-pecuária deveria ser gradualmente substituída por actividades como turismo natureza, caça ou ainda florestação com espécies endémicas. Restauros, quando necessários devem visar a reposição de processos, nomeadamente de colheita, transporte e regularização do ciclo hídrico.

CÂNDIDA MENDES / GEVA

Foto 7. Drenos em zona de turfeira pastoreada com o objectivo de secar a mesma para facilitar o pastoreio. Ilha de S. Jorge.

CÂNDIDA MENDES / GEVA

Foto 8. Lagoa do Fogo, cujas margens era uma gigantesca turfeira que (quase) desapareceu devido à utilização da sua turfa como substrato na cultura do Ananás. Ilha de S. Miguel.

Esperamos que os aspectos aqui focados contribuam não só para o conhecimento do património natural destas ilhas mas que sejam um abrir de uma porta para a compreensão dos impactos avassaladores da acção humana e para que sejam cada vez mais os esforços de conservação, nunca esquecendo que se trata de um habitat promotor de qualidade de vida para as suas populações.

CÂNDIDA MENDES / GEVA

Foto 9. Clethra arborea, uma das espécies exóticas que ocorre em turfeiras alteradas. Ilha de S. Miguel.

CÂNDIDA MENDES / GEVA

Foto 10. Fenómenos naturais de erosão em turfeiras. Ilha das Flores.

Cândida Mendes* e Eduardo Dias
Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores. GEVA
Terra Chã - 9700 Angra do Heroísmo
*Email: cmendes@uac.pt
Web page GEVA: www.angra.uac.pt/geva

Medidas de emergência para espécies criticamente em perigo

Conservação *ex situ* de Organismos Fluviais

Foi apresentado, dia 15 de Julho, no Aquário Vasco da Gama, o projecto de conservação *ex situ* de organismos fluviais, uma ampla parceria na qual participam a Quercus, o Instituto Superior de Psicologia Aplicada, a Marinha – Aquário Vasco da Gama, a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa, a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos e a EDP – Energias de Portugal. O principal objectivo deste projecto consiste em reproduzir e manter populações *ex situ* de algumas das espécies de organismos de água doce mais ameaçadas do continente português.

Os nossos cursos de água encontram-se hoje sob forte pressão e, muito deles, estão sujeitos a uma degradação extrema. Os efeitos combinados das descargas de poluentes, urbanos e industriais, os quais geram a contaminação dos cursos de água com excessos de nutrientes, e de estios prolongados e secos, tornam-se devastadores para os organismos fluviais. Em paralelo, a invasão de infestantes, as mais das vezes potenciada pelo corte sistemático da vegetação ribeirinha, está a colocar em risco algumas espécies, contribuindo para a sua pré-extinção. De entre estas, as que necessitam de medidas de emergência são quatro peixes: a boga do Oeste (*Achondrostoma occidentale*), a boga-portuguesa (*Iberochondrostoma lusitanicum*), o escalo do Mira (*Squalius torgalensis*), o escalo do Arade (*Squalius aradensis*), a boga do Sudoeste (*Iberochondrostoma almacai*) e três plantas: o trevo-de-quatro-folhas (*Marsilea quadrifolia*), a *Pilularia minuta* e o narciso do Algarve (*Narcissus willkommi*). Em virtude disto, desde o início de 2008, foi constituída uma parceria alargada que envolve a Quercus, o Aquário Vasco da Gama, o Instituto Superior de Psicologia Aplicada, a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa e a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, no sentido de efectuar acções de conservação *ex situ* destas espécies, havendo já instalações em funcionamento para manter e reproduzir os espécimes em boas condições.

Narciso do Algarve (*Narcissus willkommi*)

Boga-portuguesa (*Iberochondrostoma lusitanicum*)

O principal objectivo deste projecto consiste em manter populações *ex situ* de algumas das espécies de organismos de água doce mais ameaçadas do continente português. Pretende-se ainda garantir a manutenção de um número suficiente de exemplares de forma a conservar a diversidade genética intra-específica.

Boga do Sudoeste *Iberochondrostoma almacai*

Numa primeira fase, que durará três anos, a implementação do projecto visa apenas garantir a manutenção de um repositório genético em cativeiro. No entanto, numa segunda fase, prevê-se a utilização destas populações em acções de repovoamento dos rios, associadas a projectos de recuperação de linhas de água.

O projecto será desenvolvido em instalações da Direcção Geral dos Recursos Florestais, localizadas em Campelo, concelho de Figueiró dos Vinhos, próximo do Sítio de Interesse Comunitário "Serra da Lousã". O local integra-se na bacia hidrográfica do rio Tejo. Trata-se de uma antiga piscicultura actualmente desactivada, cujas instalações são compostas de nove tanques ao ar livre e oito tanques interiores de pequena dimensão. Dispõe ainda de um edifício de apoio com duas salas para laboratório e exposições e de uma sala para apoio.

As populações de cada *taxon* e de cada bacia serão mantidas rigorosamente separadas, garantindo-se que não existirá possibilidade de descaracterização dos respectivos patrimónios genéticos.

Durante os procedimentos de captura e transporte será assegurada a esterilização do material utilizado, de modo a assegurar que não haverá transferência de agentes patogénicos entre cursos de água.

Os peixes capturados para estabelecimento do stock inicial serão colocados em quarentena em tanques preparados para o efeito.

A manutenção de condições de salubridade contará ainda com o apoio técnico de um médico veterinário.

O projecto abarca várias iniciativas de divulgação e educação ambiental. Prevê-se a adaptação de uma das salas para albergar uma exposição permanente direccionada ao público, em particular à população escolar. Será produzida uma exposição itinerante que percorrerá o país, um cartaz, folheto e brochura. O principal objecto destas acções consiste na sensibilização do público para a problemática da conservação dos rios.

Em colaboração com a Unidade de Investigação em Eco-Etologia do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, a divulgação pública do projecto será também efectuada através do sítio www.peixesdeportugal.com.

Por último, gostaríamos de deixar claro que a reprodução e manutentação de espécies em cativeiro não é a solução para a sua conservação, é apenas umas das ferramentas que pode ser utilizada em situações críticas. Portanto, a Quercus já preparou um projecto para restaurar troços em três cursos de água, com vista a que, num futuro muito próximo, se concretizem acções de repovoamento com estas espécies .

Piscicultura em Campelo

Texto João Paulo Fonseca, Vitor Almada *Imagens:* Ana Paiva, Carla Santos e Paulo Lucas

Notícias

REDE DE RESERVAS

Reservas da Pinhelva e Alares

Mais uma vez este ano os grifos (abutres da espécie *Gyps fulvus*) nidificaram nas escarpas de alguns dos terrenos que possuímos ao longo das margens do Tejo Internacional mostrando a importância da preservação destes habitats rupícolas para a conservação destas aves.

Grifo

Reserva Biológica dos Colmeais

Em colaboração com a Lusoborboletas.org/ foi realizada nesta micro-reserva uma actividade de observação de borboletas nocturnas integrada nas **V Noites Europeias de Observação de Borboletas Nocturnas**. Esta acção contou com a presença de 14 pessoas. Apesar das condições meteorológicas não terem sido as melhores, os participantes puderam observar 13 espécies consideradas para o efeito de registo nesta jornada de observação, num total de 43 exemplares e ainda pudemos contabilizar mais 8 espécies não pertencentes à lista (microlepidoptera). Foi ainda possível observar outros invertebrados atraídos pela luz utilizada nesta acção, permitindo conhecer melhor a diversidade biológica desta região.

As Espécies de Borboletas encontradas foram as seguintes:

Família **Drepaniidae** (*Watsonalla uncinula* ‡ 1), Família **Noctuidae** (*Odice jucunda* ‡ 5), *Eublemma ostrina*‡ 1, *Emmelia trabealis*‡ 2, *Aegle vespertinalis*‡ 2, *Cryphia algae*‡ 1, *Mythimna unipuncta*‡ 1), Família **Arctiidae** (*Eilema caniola* ‡ 2), Família **Geometridae** (*Rhodometra sacraria*‡ 17, *Idaea infirmaria*‡ 3, *Idaea belemiata*‡ 3, *Scopula minorata*‡ 4, *Gymnoscelis rufifasciata*‡ 1.

As outras espécies de borboletas não abrangidas pelo evento mas observadas no local foram as seguintes:

Família **Pyralidae** (*Therapne obsoletalis, Palpita vitrealis, Aglossa sp., Euchromius sp., Hypotia muscosalis, Ephestia welseriella*), Família **Blastobasidae** (*Symmoca signatella*), Família **Tortricidae** (*Epinotia artemisiana*), Família **Tineidae** (*Crassicornella agenjoi*).

CRIAR BOSQUES, CONSERVAR A BIODIVERSIDADE

No âmbito deste objectivo traçado para a nossa intervenção entre 2008 e 2012 estamos já a trabalhar com vista à campanha de 2008. Neste momento está planeada a plantação de cerca de 250.000 árvores de 18 espécies autóctones, em 23 pontos do País, de norte a sul, num total que poderá chegar aos 300 hectares. Neste âmbito será importante a participação de voluntários em várias fases do projecto pelo que as inscrições estarão em breve abertas a todos via internet. Os terrenos abrangidos incluem terrenos da Quercus, terrenos públicos e privados e ainda baldios comunitários.

Com este projecto daremos mais um contributo para o ambiente enquanto condóminos da Terra cuidando de fracções do nosso planeta e aplicando o conceito de custódia do território que queremos também implementar.

Divulgação

Ao longo das últimas semanas tivemos oportunidade de divulgar o Fundo de Conservação da Natureza e as reservas biológicas regionais em mais espaços públicos nomeadamente em Olhão na Feira de Parques Naturais e Ambiente no final do mês de Julho.

Colaboração com o ICNB

Realizou-se uma reunião com o Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Sul do ICNB com vista a encetar uma colaboração activa no desenvolvimento de acções de conservação. Na mira está a criação de micro-reservas biológicas, nomeadamente a preservação de um charco temporário mediterrânico no Parque Natural do

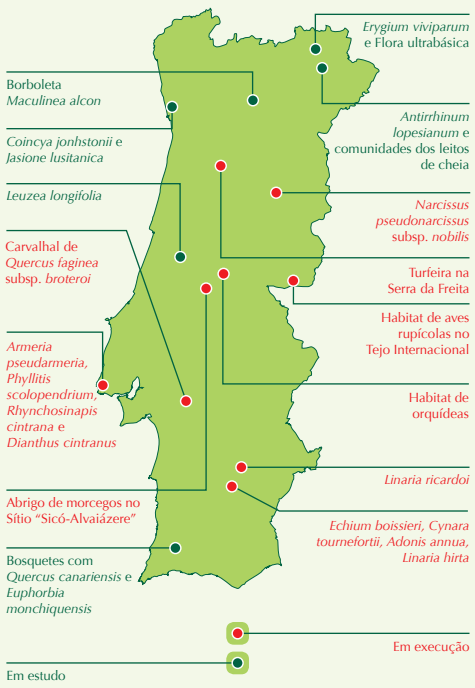
Charco temporário

Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e também a salvaguarda de quatro endemismos na nossa flora: *Narcissus willkommi, Plantago almogravensis, Plantago algarbiensis e Tuberaria major*.

NO CASO DE FAZER DONATIVO!

Por Favor indique-nos o seu NIF – Número de Identificação Fiscal - para que possamos enviar o documento com vista a usufruir de benefícios fiscais em sede de IRS.

rede de micro-reservas biológicas



Quando adquirir produtos na loja da Quercus está também a apoiar o Fundo de Conservação. Visite o site da Quercus e dê um salto à e-loja. Surpreenda-se com os produtos que pode adquirir!

http://e-loja.quercus.pt

texto: José Paulo Martins *Imagens:* Domingos Patacho, Paulo Lucas

Apoie os Projectos de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Dados para donativos e informações sobre os projectos: NIB: **003501470004737433010**
Morada: **Apartado 230 7801-903 BEJA** Telefone **93 778 84 73** e-mail: **fcnatureza@quercus.pt**

Fundo Quercus Conservação Natureza

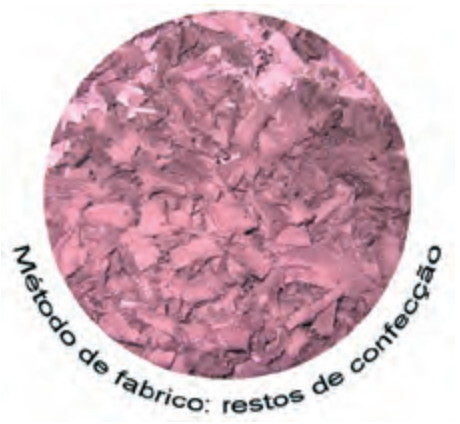
EARTH CONDOMINIUM
A NEW JURIDIC CONCEPT FOR THE PLANET

Reutilização de Tecidos

Ana Martins – Moinho da Carvalha Gorda

Tendo como base a técnica tradicional de fabrico de papel, o Moinho da Carvalha Gorda, produz papéis a partir de tecidos (restos de confecção, roupa velha e outros desperdícios têxteis).

Como se sabe o papel foi inventado pelos chineses, tendo como base a observação



de uma vespa a fazer o seu ninho (favo). Com a mesma técnica da vespa, leva-se os vegetais fibrosos a coser até separar a parte fibrosa da parte lenhosa da planta. Quando se tem unicamente a parte fibrosa, obtêm-se o papel retirando-se as fibras dispersas e diluídas em água, com uma peneira ou bastidor, secando posteriormente.

O método do papel manteve-se confinado ao Oriente durante mais de um milénio. Quando, Marco Pólo visita pela 1ª vez a China, descobre uma civilização que já usa o papel de uma forma muito massiva e que tem uma indústria altamente evoluída.

Quando o método chega à Europa, mais

de mil anos após a sua invenção, a aposta foi a produção do papel a partir de linho e cânhamo, desprezando as restantes matérias-primas vegetais usadas na China. Isso, essencialmente por carência desses vegetais no sul da Europa e Norte de África, onde se instalaram as primeiras unidades fabris de papel. Assim, por tradição a roupa velha passou a ser matéria-prima de papel.

Os séculos passaram e o papel manteve-se fiel à sua técnica e matérias-primas. Com os "descobrimentos" introduzimos no nosso vestuário o algodão, que passa a ser matéria-prima de papel, em conjunto com as outras fibras têxteis naturais. Havia uma enorme carência de trapos para fazer papel. Os recolhedores (trapeiros – nome da profissão que ainda hoje se mantém, para os recolhedores para a indústria de reciclagem de papel) viviam respeitando regras muito apertadas de recolha e venda de produto.

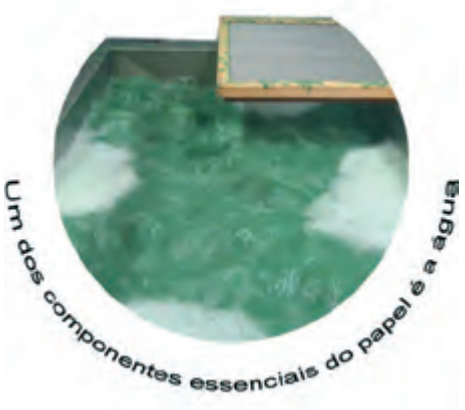
No limiar do sec. XX investiga-se pinheiros para produção de pasta de papel. O princípio era simples; o mesmo método dos chineses (separar a parte fibrosa da lenhosa e com a primeira fazer o papel). A surpresa foi que, com esse método era possível obter enormes quantidades de fibra e assim produzir imenso papel.

Os métodos de fabrico de papel tradicional (a partir de têxteis) foram rapidamente abandonados para dar lugar ao novo método, muito mais rentável.

Manteve-se ainda o papel têxtil na Europa, por duas razões:

1. o papel de artista (aguarela, gravura), que com a sua textura, resistência e acima de tudo a sua longevidade, impediu o total desaparecimento. Os artistas sempre o procuraram. Um papel de árvores inicia o seu envelhecimento ao fim de dez anos, podemos ver, cheirar e sentir pegando num qualquer livro, que tenhamos em casa na estante. O

papel deixou de ser branco, tem pequenas pintinhas nas pontas e tem um cheiro característico de papel velho; percebemos que já se está a degradar. No entanto, se tivermos oportunidade de ver um qualquer texto do sec. XV ou XVI, a primeira Bíblia impressa ou até um manuscrito de Leonardo da Vinci, percebemos que esse fenómeno ainda não se está a passar e esse papel não precisou de restauro.



2. o papel moeda, nunca foi possível aceitar outro papel para essa utilização. Assim o euro, o dólar e todas as restantes, moedas do mundo utilizam o papel de linho ou de algodão para fazer as suas notas bancárias. Se esquecermos uma nota no bolso das calças e for lavada na máquina, não tem qualquer problema, mas o mesmo não se passa com a lavagem de um post.it, que

ARQUIVO MOINHO DA CARVALHA GORDA

naturalmente fica totalmente desfeito.

Ainda na década de 60 e 70 do sec XX, as crianças na escola aprendiam a escrever com uma lousa e o caderno servia unicamente para "passar a limpo". Vivíamos ainda nessa

época, uma enorme carência de papel.

Poucas décadas depois temos a realidade inversa. O excesso de papel, na caixa do correio (flyers e boletins comerciais e promocionais), com o excesso de uso dos papéis de higiene (guardanapos, limpa-mãos, papel de cozinha, higiénico, etc.,)

Isto é um pouco do que contamos a quem nos visita (cerca de 10 mil crianças/ano), enquadrando a história do papel com as questões da floresta, o excesso de eucaliptos, comprometendo drasticamente a floresta tradicional, de folha caduca, os recursos hídricos e os habitats.

No Moinho da Carvalha Gorda, usamos habitualmente resíduos da indústria têxtil, mas desde o início da empresa (1993) que alguns dos papéis usam unicamente roupa velha. É o caso do papel ganga, feito a partir de ganga e quanto mais velha e usada melhor, já que dá ao papel um tom de azul muito agradável.

Não usamos corantes nem branqueadores. Se pretendemos um papel branco usamos trapo branco, se pretendemos um papel vermelho seleccionamos tecidos vermelhos. Com este método temos um catálogo de 25 cores.

Aos papéis brancos podemos adicionar, ainda fetos, sementes, borras de café e outros elementos capazes de dar ao papel outra estética.

Usamos 2 métodos, o tradicional feito à mão, cada folha individualmente, apresentando os bordos/barbas naturais e o processo industrial, com recurso a uma máquina de papel (forma redonda), que permite saída de papel em grandes quantidades, em contínuo.

Comercialmente trabalhamos em várias vertentes.

Na vertente artes, produzimos papel pH neutro, manual, com gramagens até aos 600gr

Na vertente conservação produzimos papéis livres de ácido (acid free) para conservação e restauro de documentos. Nesta vertente produzimos também papel de linho e cânhamo.

Na vertente papelarias (gift) temos um catálogo de cerca de 60 diferentes papéis, para vulgares utilizações – convites, lembranças, fine papers e ainda temos uma vertente de objectos feitos a partir do papel produzido.

Trabalhamos, neste momento, um papel com inserção de sementes viáveis, que após a sua função, deverá ser lançado à terra ou colocado num vaso para germinar. O efeito é um pequeno pradinho, com erva, papoula, macela, nabiça, etc.

O que sobe também desce...

Zoomarine

São raras as pessoas que não gostam deles... São objectos mágicos que desafiando as leis da física e a imaginação das crianças, geram sorrisos e alegram qualquer espaço... Há-os de todos os tamanhos e feitios, ora cheio de hélio ou de vulgar ar. E o próprio nome é engraçado...

Chamamos-lhe balões!

Hoje em dia, os balões são omnipresentes no nosso dia-a-dia: competem com as TV's, os telemóveis e, claro, os chocolates. Por isso mesmo, é raro o dia em que não vemos um - seja numa inauguração, num restaurante de "*fast-food*", num jardim infantil, numa "*happening*" de rua ou num "simples" aniversário.

Mas infelizmente, alguns conservacionistas começam a sentir-lhe um pequeno ódio... E é compreensível. O motivo, infelizmente, é bem simples - mas tem escapado à maior parte dos admiradores tão sedutores objectos.

Esse "pequeno ódio" emerge, precisamente, da popularidade de um objecto que, até recentemente, não passava de um inocente brinquedo de criança mas que, nos recentes anos começou a ter consequências sérias no bem-estar de dezenas de milhar de animais e uma fonte extra (e bem frívola) de poluição.

Resumidamente: a alegria de crianças e adultos começa a ser grande fonte de sofrimento (e, frequentemente, de morte) de aves, peixes, tartarugas, golfinhos, focas e muitos outros seres vivos que ingerem ou ficam presos num balão usado.

Para piorar o cenário, Portugal começou recentemente a sistematizar as "largadas" de balões cheios de Hélio. No dia 1º de Junho, por exemplo, tentou-se bater, em Coimbra, o recorde Ibérico de lançamento de balões. Segundo a organização, terão sido lançados 200 mil balões numa só tarde. Duzentos mil...

MICHAL KORALEWSKI

HÉLDER SPÍNOLA

Mas não são apenas os fúteis recordes que nos deveriam preocupar. Hoje é raro o dia que não os encontramos em festas de aniversários e empresariais, casamentos, arraiais populares e na maioria dos locais onde se pretende um ar festivo e um ambiente descontraído (e, frequentemente, pueril).

Entretanto, até algumas escolas começaram a incentivar os seus discentes a lançar "mensagens de esperança" (humanitárias, culturais ou, ironicamente, ambientais) sem terem uma verdadeira consciência das implicações de tais largadas.

Mas, afinal, qual é o problema?

Simples: o problema é que o que sobe, invariavelmente, também desce! E depois de uma muito rápida euforia de poucos minutos (dois, cinco, dez minutos?), poucos se lembrarão das dezenas ou milhares de balões que foram largados. No entanto, eles não desaparecem magicamente (que nem o destino que os mágicos supostamente lhes dão, de modo a poder fazer aparecer um coelho ou algumas rolas), pelo que a Natureza terá que lidar com eles durante semanas, meses ou anos.

Quais as desconhecidas (mas reais) consequências?

Igualmente simples: mais tarde ou mais cedo (resultado da pressão atmosférica, normalmente) os balões rebentam e caem! Caem sobre árvores, rios, lagos e lagoas! Invadem pastos, ninhos e zonas de reprodução. "Morrem" como objecto de recorde ou brinquedo fugaz e tornam-se lixo não biodegradável...

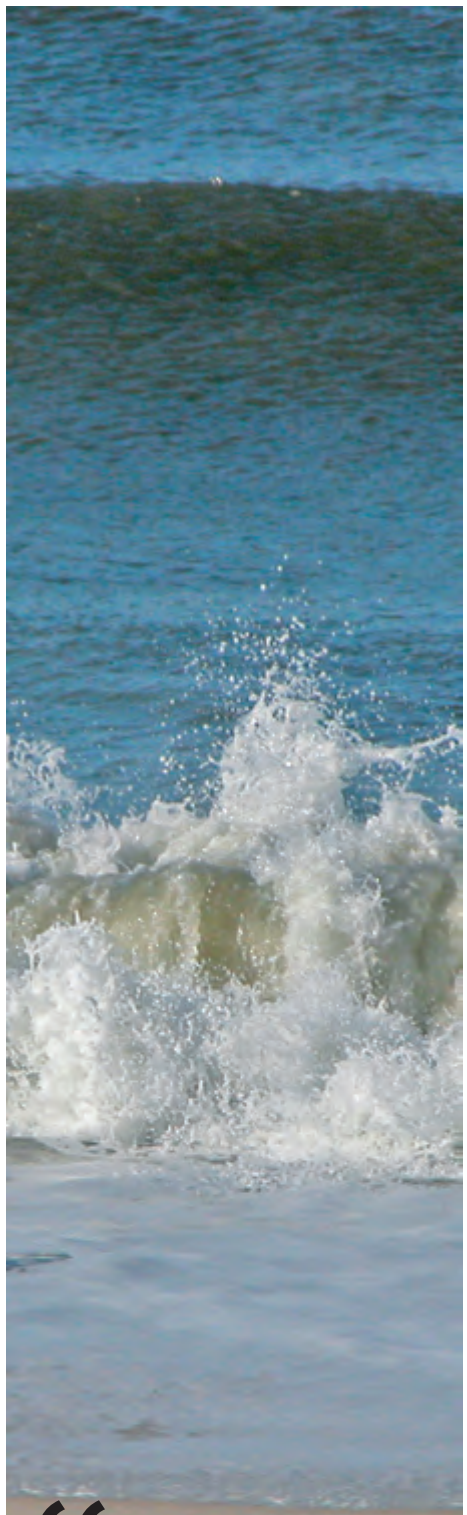
E são, todos os anos, centenas, milhares ou dezenas de milhar! E tudo para uns efémeros e banais momentos de "beleza visual"...

Valerá a pena prejudicar (directa ou indirectamente, induzindo desconforto, doença ou mesmo a morte) milhares de animais por umas fugazes acções sociais que apenas celebram o egoísmo humano? A resposta parece-nos simples: NÃO!

Mas simples é também a solução: além de saber eliminar os restos dos balões que rebentam, o segredo é evitar o Hélio! Sim, esse Hélio - o gasoso... Afinal de contas, o problema principal não é o balão, mas sim o facto deste subir sem destino e aterrar sem morada.

Em suma: brinquem com balões - mas não os deixem subir. Encantem as crianças - mas não as ensinem a poluir. Alegrem as festas - mas não poluam o ambiente envolvente.

Porque o que sobe também desce - e pode matar!



> "A alegria de crianças e adultos começa a ser grande fonte de sofrimento (e, frequentemente, de morte) de aves, peixes, tartarugas, golfinhos, focas e muitos outros seres vivos que ingerem ou ficam presos num balão usado."

Brisa
FTSE4Good

A NATUREZA É O NOSSO MELHOR DESTINO

E nunca a perdemos de vista, desde que a vimos. A Brisa é e tem sido reconhecida como uma das empresas pioneiras da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental. Uma tradição a que nos mantemos fiéis investindo em projectos vitais, sob o compromisso "Brisa pela Biodiversidade". Este compromisso fixa novos desafios para a empresa, que irá promover a conservação das espécies, através do investimento em investigação científica e do apoio a iniciativas de educação, procurando também encontrar melhores soluções para a sua actividade nas auto-estradas.
A Brisa compromete-se a preservar e a sustentar a natureza porque, sem ela, não teríamos para onde ir. É o nosso melhor destino.

ecoBrisa
Investigação e Educação

Segunda fase do programa

EcoFamílias-Água arrancou em Julho

A Quercus e a Empresa Águas do Algarve, S.A estão a acompanhar os consumos de água de dez famílias residentes na região algarvia, através do Programa Piloto EcoFamílias – Água, que teve início no final de 2007 e terá a duração de um ano.

ECOMEIOS

Sara Campos – Ecocasa

No passado mês de Junho de 2008 o programa EcoFamílias-Água entrou na sua segunda fase, através da instalação de redutores de caudal nas duas torneiras mais utilizadas pelas dez famílias voluntárias. Oferecidos pelas empresas Ecofree e EcoMeios, os redutores de caudal foram instalados na cozinha (lava-loiça) e na casa de banho (lavatório e chuveiro). Em paralelo, foram delineados planos de gestão eficiente de água personalizados para cada família, a aplicar por meio da alteração de comportamentos.

A primeira instalação de redutores de caudal, realizada no dia 17, em Faro, ocorreu na habitação da família Martins e contou com a presença de vários órgãos de comunicação social nacionais e regionais, desde televisões, rádios e imprensa. Nesta apresentação oficial, para além da equipa técnica do projecto EcoFamílias esteve presente o vice-presidente da Quercus Francisco Ferreira.

VIDAGUAS

Tal como na primeira fase, as leituras dos contadores estão a ser asseguradas por um dispositivo de telemetria, que a cada 15 minutos faz a leitura óptica dos dígitos do contador e envia os valores por GPRS para uma base de dados online. Esta plataforma pode ser consultada pela própria família, uma possibilidade que se acredita ser importante para uma maior percepção dos seus consumos nas diferentes utilizações da água, sensibilizando assim para a redução dos mesmos.

WWW.LIDERA.INFO

Primeira fase de monitorização revelou consumo inferior à média nacional

Durante a fase inicial, que teve lugar nos primeiros meses deste ano, caracterizaram-se os diferentes usos domésticos de água nas habitações. De acordo com a monitorização feita, as famílias apresentaram um consumo médio diário de 284 litros por fogo, inferior ao valor do consumo médio diário nacional de 310 litros por fogo, conforme consta no "Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água".

Nesta primeira fase concluiu-se também que os consumos médios diários são superiores ao fim-de-semana devido ao maior número de máquinas de lavar (roupa e loiça) realizadas bem como ao maior número de horas passadas em casa. A máquina de lavar roupa é a que apresenta o consumo mais elevado, seguindo-se os duches com a segunda maior parcela. Quanto à lavagem da loiça, o método menos dispendioso em termos de água é mesmo a máquina, pois verificou-se que a quantidade gasta na lavagem manual foi sempre mais significativa.

Como antes do arranque do projecto uma das famílias já tinha redutores de caudal instalados nas suas torneiras foi possível fazer uma análise comparativa entre esta e outra família com consumos semelhantes mas sem redutores caudal. Verificou-se assim que as maiores diferenças correspondiam aos consumos dos duches e da lavagem de loiça à mão, com tempos semelhantes entre as duas famílias.

Poupar água alterando também hábitos de consumo

Ajudar as famílias a fazer uma utilização mais eficiente da água em suas casas e ao mesmo tempo avaliar a poupança efectiva conseguida através da utilização dos redutores de caudal são os grandes objectivos deste programa. Os resultados serão apresentados no final do ano, onde se mostrará a poupança obtida não só pelo uso dos redutores mas também pela mudança de hábitos de consumo.

Este programa está inserido no Projecto Ecocasa-Água, através do qual se pretende avaliar o uso eficiente da água no sector doméstico em geral. A Quercus pretende desta forma sensibilizar o consumidor para o problema do consumo de água, disponibilizando ferramentas que o auxiliem na mudança de hábitos e comportamentos. Dar-se-á especial atenção ao público jovem, alertando-o para a necessidade de um consumo racional e uma gestão eficiente da água enquanto recurso limitado.

A DECO está a fazer um estudo para conhecer a satisfação dos consumidores com a utilização de painéis solares térmicos e fotovoltaicos.

Colabore neste estudo

Vá a http://www.deco.proteste.pt/ e responda ao questionário a partir de 5 de Setembro.

Reportagem

Programa ANTÍDOTO – Portugal

Plataforma contra o uso ilegal de venenos

Samuel Infante – Programa Antídoto Portugal

Plataforma contra o uso ilegal de venenos – 2004 a 2008 – Quatro Anos em defesa de espécies ameaçadas

Problemática do uso ilegal

O uso de venenos tem sido referido em várias partes do mundo como uma causa importante de extinções ou diminuições drásticas de algumas populações de animais selvagens, nomeadamente aves necrófagas. Em Portugal, as referências ao uso de venenos para controlo de animais considerados nocivos remontam ao século XIX e desde essa época que há relatos de vários casos de envenenamento intencional de animais e até de pessoas. O extermínio de populações de animais silvestres devido a esta prática foi em tempos incentivada pelas próprias autoridades e conduziu à extinção de inúmeras espécies em diversas regiões do país. Esses incentivos e o consequente reconhecimento público pelo sucesso dos envenenamentos originaram alguma documentação histórica da mortalidade de espécies consideradas nocivas pelas populações, como é o caso do Lobo Ibérico (*Canis lupus signatus*), da Águia-real (*Aquila chrysaetus*) ou até do Grifo (*Gyps fulvus*)

Os venenos são usados principalmente para tentar controlar animais considerados nocivos, ou seja, os iscos envenenados são direccionados a predadores das espécies pecuárias e cinegéticas. As espécies-alvo são os cães e gatos assilvestrados, Lobos e mamíferos de pequeno e médio porte, como a Raposa (*Vulpes vulpes*) e o Sacarrabos (*Herpestes ichneumon*), entre outros. Os conflitos entre caçadores, ou entre estes e as populações locais também têm estado na origem de inúmeros casos de envenenamento. O uso de venenos para controlo de roedores e aves silvestres consideradas prejudiciais às actividades agrícolas também continua a ser uma prática frequente e pouco controlada.

A mortalidade de animais por envenenamento tem sido pouco estudada em Portugal e por essa razão é subestimada. No entanto, há vários factos que indiciam que o seu impacte sobre algumas espécies silvestres é potencialmente relevante, com particular destaque para algumas espécies de aves, principalmente as de hábitos necrófagos. Estas espécies são susceptíveis a envenenamento primário quando ingerem iscos envenenados, mas também secundário quando se alimentam de aves e mamíferos envenenados acidental ou intencionalmente. Uma vez que as substâncias tóxicas entrem nas cadeias alimentares, podem tomar proporções incontroláveis. Outro importante facto relacionado com a mortalidade de animais silvestres é que de uma forma geral, são atingidos os exemplares em melhores condições físicas e com maior potencial reprodutor e por isso, a dinâmica populacional pode ser gravemente afectada. Por essa razão, o uso de venenos é uma das maiores ameaças à conservação de algumas espécies silvestres.

Para fazer frente a este problema, foi constituída uma plataforma de várias organizações públicas e privadas portuguesas, da qual a Quercus foi fundadora, denominada Programa Antídoto Portugal – PAP. Esta iniciativa arrancou no nosso país em Março de 2004, após ter sido criada em Espanha em 1998 e os seus principais objectivos são conhecer os efeitos do uso ilegal de venenos, e estabelecer medidas para resolução de vários problemas que estão na sua origem.

QCB

Kits do Programa Antídoto – Portugal

Recolha de informação a nível nacional

Uma das medidas iniciais do programa foi realizar uma análise retrospectiva ao problema do envenenamento de animais e para isso foi recolhida toda a informação que se conseguiu obter para o período entre 1992 e 2003. Este estudo preliminar revelou a morte de mais de 600 animais com suspeita de envenenamento e permitiu detectar várias lacunas ao nível da recolha e organização dos dados, bem como ao nível dos procedimentos no terreno, administrativos e judiciais em casos de suspeita de envenenamento. Em 2004, já com o programa no seu primeiro ano de vida, foram identificados 90 animais mortos em 32 casos de suspeita de envenenamento e no ano seguinte, foram identificados mais de 35 casos que levaram à morte de mais de 120 animais. Em 2006 foram registados 83 casos que corresponderam a 204 animais mortos. O aumento progressivo de casos detectados não significa necessariamente que o problema do envenenamento seja actualmente mais grave no que no passado, mas como há uma recolha de dados mais rigorosa, os números actuais são mais elevados e seguramente revelam de forma mais correcta o que se poderá estar a passar na realidade. Em 2007 identificaram-se 31 casos associados ao envenenamento de 98 animais.

As informações relativas às espécies domésticas têm sido muito importantes para o estudo do problema e representam uma grande percentagem dos indivíduos envenenados. Com os dados recolhidos, tem sido possível conhecer as zonas mais críticas do país, que até ao momento são a Beira Baixa (distrito de Castelo Branco), Alto Alentejo (distrito de Portalegre), Trás-os-Montes (distritos de Bragança e Vila Real) e Alto Minho (distrito de Viana do Castelo), que em conjunto registam mais de 80% dos casos registados pelo Programa Antídoto – Portugal. No caso do Alto Minho, importa destacar negativamente a área do Parque Nacional da Peneda-Gerês, zona de particular importância para espécies ameaçadas como o Lobo-ibérico (*Canis lupus*) ou a Águia-real (*Aquila chrysaetus*),

dos quais se possui evidências nos últimos anos, da morte de indivíduos devido a envenenamento. Uma zona que tem merecido particular atenção e acompanhamento tem sido o Planalto de Castro Laboreiro e área envolvente, devido à grande quantidade de informações que se tem obtido através do trabalho de investigação levado a cabo pelas entidades competentes, nomeadamente o Serviço da Protecção da Natureza e Ambiente (SEPNA) da Guarda Nacional Republicana (GNR), o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) e a Polícia Florestal.

PAP adopta protocolos e equipa forças de autoridade

Paralelamente à recolha cada vez mais rigorosa de todo o tipo de informações, outra das prioridades do Programa Antídoto – Portugal tem sido solucionar os problemas detectados na recolha de animais com suspeita de envenenamento, e para isso foram apresentados projectos com o objectivo de

equipar as autoridades com os meios mínimos necessários para poderem cumprir os protocolos de actuação que foram definidos. Dessa forma foi possível realizar 8 acções de formação para as autoridades em todo o país, tendo sido distribuído o equipamento e apresentados e discutidos os protocolos de actuação propostos, bem como todas as limitações e problemas actuais para os quais se estão a tentar implementar as soluções necessárias, no âmbito da Estratégia Nacional contra o uso ilegal de venenos.

Parceria com o sector cinegético

Uma outra linha de actuação cada vez mais decisiva para a luta contra o veneno tem sido o trabalho junto do sector cinegético. Também através de mais um projecto apoiado pelo Instituto do Ambiente, tem sido possível divulgar a problemática do uso venenos na "gestão cinegética" e os objectivos e acções do Programa Antídoto no seio dos Caçadores, de forma a aumentar a pressão sobre quem ainda recorre a esta prática ilegal. A receptividade tem sido muito boa e três das principais organizações que representam a grande maioria dos Caçadores Portugueses já aderiram como parceiras do Programa, nomeadamente, a Confederação Nacional de Caçadores Portugueses (CNCP), a Associação Nacional de Proprietários e Produtores de Caça (ANPC) e a Federação Portuguesa de Caça (FENCAÇA). Entre as diversas actividades desenvolvidas têm sido realizadas reuniões com os dirigentes das organizações, participação em Feiras de Caça e organização conjunta de colóquios e seminários. Um dos resultados mais interessantes do trabalho que está a ser desenvolvido com o sector cinegético é o número de informações e denúncias (anónimas ou não) que são efectuadas pelos próprios Caçadores, que ao não concordarem com o uso de venenos e por perceberem os riscos que acarreta para a Biodiversidade, querem contribuir activamente na luta pela erradicação desta prática denunciando outros Caçadores e Gestores de Zonas de Caça, o que facilita muito o trabalho das autoridades.

PAP promove formação de Médicos Veterinários

Uma das linhas de trabalho mais actuais é o início da formação a Médicos Veterinários, em colaboração com a Direcção Geral de Veterinária. Numa primeira fase serão realizadas 5 acções em todo o país, dirigidas aos Médicos Veterinários dos Municípios, mas estas acções estarão abertas à participação de todos os interessados, incluindo outros Médicos Veterinários e estudantes de Medicina Veterinária.

Sitio do PAP na Internet PAP

Para efeitos de divulgação e disponibilização de informação, mas principalmente para contacto com o público, está disponível um sítio do Programa Antídoto – Portugal na Internet (www.antidoto-portugal.org). Desde a sua inauguração em Maio de 2005 foram registadas cerca de 50.000 visitas, o que tem beneficiado a divulgação do programa a variadíssimos níveis. Por outro lado, este meio tem proporcionado o envio de denúncias e pedidos de esclarecimento sobre procedimentos e protocolos de actuação em casos de suspeita de envenenamento de animais, e outros casos relacionados com este problema.

O que é o Programa Antídoto?

O Programa Antídoto-Portugal teve início em 2004 e os seus objectivos são:
► Conhecer a dimensão real do uso de venenos em Portugal
► Conhecer as causas, motivações e problemas que estão na origem do uso de venenos
► Contribuir para a resolução do problema, promovendo boas práticas agro-pecuárias e cinegéticas
► Conhecer o seu impacte sobre as populações de animais silvestres
► Estabelecer medidas de controlo do uso de venenos
► Contribuir para a redução da impunidade actual
► Contribuir para uma pressão social e moral sobre o uso de venenos
► Contribuir para a conservação de várias espécies e respectivos ecossistemas que se encontram seriamente ameaçadas pelo uso de venenos

O que fazer?

No caso de encontrar um animal com suspeita de envenenamento, deve:
1. Contactar imediatamente as autoridades:
► SEPNA/GNR Central (Lisboa): 21 750 30 80 (E-mail: csepna@gnr.pt)
► SOS Ambiente: 808 200 520
2. Os cadáveres e amostras devem ser recolhidos APENAS pelas autoridades.
3. As autoridades recolhem os cadáveres e amostras, e devem entregar todo o material ao cuidado de um Médico Veterinário, com o respectivo termo de entrega.
4. O Médico Veterinário deve realizar a necrópsia de forma completa, emitir um relatório e enviar as amostras para análise.

Centros de Recuperação de Fauna recebem animais envenenados

Desde a sua fundação que a Quercus recebe, um pouco por todo o país, animais selvagens feridos e debilitados a necessitarem de apoio veterinário e outros cuidados, com vista à sua recuperação.
Actualmente, a Quercus gere três centros de recuperação que integram a rede nacional de centros sob tutela do Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade: o Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco (CERAS), o Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Montejunto (CRASM) e o Centro de Recuperação de Animais Selvagens de St. André (CRASSA).
O objectivo principal dos centros de recuperação é a recepção de animais selvagens debilitados, sua recuperação e devolução ao meio natural. A recuperação dos animais tem como finalidade última contribuir para a conservação da Natureza, sendo dada prioridade a animais de espécies ameaçadas. Desta forma os centros constituem também uma fonte importante de informação permanente sobre os factores de ameaça às populações de fauna.
Fauna envenenada em 2007
Em 2007 o envenenamento representou 7% do total de entradas de animais nos três centros de recuperação de fauna da Quercus. Entre os três centros foi o de Castelo Branco que apresentou a maior taxa de animais que deram entrada devido a envenenamento com 12%. As espécies envenenadas foram na sua maioria aves necrófagas (Abutres) e alguns mamíferos carnívoros como raposas, e eram provenientes dos distritos de Castelo Branco e Portalegre. Alguns destes especímenes foram recuperados e devolvidos ao seu habitat natural.
O envenenamento continua a ser um factor de ameaça muito significativo para espécies em perigo como o Abutre Negro, a Águia Imperial Ibérica ou o Lobo Ibérico.

MUITO IMPORTANTE:

► Apresentar SEMPRE uma queixa na GNR local, para garantir que o processo tem início.
► Para esclarecimento de dúvidas, contactar o Programa Antídoto.

Balanço e Contas

No seguimento da iniciativa da Quercus-ANCN de disponibilizar as contas na sua página na Internet, e com o intuito de facilitar o acesso às mesmas por parte de todos os sócios activos, foi tomada a decisão de as publicar no Quercus Ambiente.

QUERCUS - Associação Nacional para a Conservação da Natureza

DEMONSTRAÇAO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

CEE	Cód. Contas		Exercicios			
a)	POC		2007		2006	
A		**Custos e perdas**				
2.a)	61	Custo das merc.vendidas mat.consumidas				
		Mercadorias	,00		,00	
		Matérias		,00		,00
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos		473.974,32		309.038,58
3		Custos com o pessoal:				
3.a)	641+642	Remunerações	248.369,41		101.209,89	
3.b)		Encargos sociais:				
	643+644	Pensões (outros)	1.000,96		,00	
	645/8	Outros	37.690,44	287.060,81	38.269,37	139.479,26
4.a)	662+663	Amortizações e ajustam. do exercício	16.590,77		12.059,06	
4.b)	666+667	Ajustamentos				
5	67	Provisões	,00	16.590,77	,00	12.059,06
5	63	Impostos	1.144,73		880,19	
5	65	Outros custos e perdas operacionais	65.221,12	66.365,85	41.973,56	42.853,75
		(A)		843.991,75		503.430,65
6	683+684	Amort. e prov.de aplic.e invest. financeiros	,00		,00	
7	(2)	Juros e custos similares:				
		Relativos a empresas do grupo	,00		,00	
		Outros	821,76	821,76	218,21	218,21
		(C)		844.813,51		503.648,86
10	69	Custos e perdas extraordinárias		4.848,59		21.235,25
		(E)		849.662,10		524.884,11
8+11	86	Imposto sobre o rendimento do exercicio				
		(G)		849.662,10		524.884,11
13	88	Resultado líquido do exercício		138.564,21		71.504,77
				988.226,31		596.388,88
B		**Proveitos e ganhos**				
1	71	Vendas:				
		Mercadorias	,00		,00	
		Produtos				
1	72	Prestações de serviços		,00		,00
2	(3)	Variação da Produção				
3	75	Quotizações	38.522,42		35.582,11	
4	73	Proveitos suplementares (donativos)	36.902,65		37.725,70	
4	74	Subsídios à exploração	889.586,51		472.006,67	
4	76	Outros proveitos operacionais	13.389,21	978.400,79	43.411,26	588.725,74
		(B)		978.400,79		588.725,74
5	782	Ganhos em Empresas do Grupo e Associad	,00		,00	
5	784	Rendimentos de participações de capital	,00		,00	
6	(4)	Rend.de tit.negociáveis e outras aplic.financeiras:				
		Relativos a empresas do grupo	,00		,00	
		Outros	,00		,00	
7	(5)	Outros juros e proveitos similares:				
		Relativos a empresas do grupo	,00			
		Outros	9.410,63	9.410,63	7.390,77	7.390,77
		(D)		987.811,42		596.116,51
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários		414,89		272,37
		(F)		988.226,31		596.388,88
	Resumo:	Resultados Operacionais (B)-(A)		134.409,04		85.295,09
		Resultados Financeiros (D-B)-(C-A)		8.588,87		7.172,56
		Resultados Correntes (D)-(C)		142.997,91		92.467,65
		Resultados antes de Impostos(F)-(E)		138.564,21		71.504,77
		Resultado Liquido Exercicio (F)-(G)		138.564,21		71.504,77

Lisboa , 31 de Dezembro de 2008

QUERCUS - Associação Nacional para a Conservação da Natureza **BALANÇO EM 31 de DEZEMBRO de 2007**

CEE (1)	Código Contas POC	ACTIVO	Exercícios 2007 AB	2007 AA	2007 AL	2006 AL
C		**Imobilizado:**				
I	43	Imobilizações incorpóreas:				
1	431	Despesas de instalação	,00	,00	,00	,00
1	432	Despesas de invest. e desenvolvimento	,00	,00	,00	,00
2	433	Propriedade Industrial e patentes	,00	,00	,00	,00
4	441/6	Imobilizações em curso	,00	,00	,00	,00
			,00	,00	,00	,00
II	42	Imobilizações corpóreas:				
1	421	Terrenos e recursos naturais	360.069,89		360.069,89	356.264,03
1	422	Edifícios e outras construções	62.439,60	15.323,02	47.116,58	47.172,44
2	423	Equipamento básico	51.418,33	41.099,98	10.318,35	4.185,06
2	424	Equipamento de transporte	60.107,68	54.217,00	5.890,68	8.965,85
3	425	Ferramentas e utensílios	4.235,26	4.691,31	-456,05	,00
3	426	Equipamento administrativo	61.509,00	54.464,43	7.044,57	7.044,57
3	427	Taras e Vasilhame	,00	,00	,00	,00
3	429	Outras imobilizações corpóreas	35.162,17	29.376,52	5.785,60	5.785,60
4	441/6	Imobilizações em curso	,00	,00	,00	,00
			634.941,88	199.172,26	435.769,62	429.417,55
III	41	Investimentos financeiros:				
1	4111	Partes de capital em empresas do grupo	,00	,00	,00	,00
5	4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	,00	,00	,00	,00
			,00	,00	,00	,00
D		**Circulante:**				
I		Existências:				
1	36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo		,00	,00	,00
2	35	Produtos e Trabalhos em Curso		,00	,00	,00
3	33	Produtos acabados e intermédios		,00	,00	,00
3	32	Mercadorias	,00	,00	,00	,00
7	37	Adiantamentos por conta compras	,00	,00	,00	,00
			,00	,00	,00	,00
II		Dívidas de terceiros-Curto prazo:				
1	211	Clientes c/c	26.987,77	,00	26.987,77	,00
1	218	Clientes Cobrança Duvidosa	,00		,00	,00
4	251+255	Outros accionistas (sócios)	,00	,00	,00	1.697,98
4	24	Estado e outros entes públicos	,00	,00	,00	,00
4	262+268+267+268+	Outros devedores	25.986,33	,00	25.986,33	,00
	8+221		52.974,10	,00	52.974,10	1.697,98
III		Títulos negociáveis:				
3	1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	,00	,00	,00	,00
3	18	Outras aplicações de tesouraria	,00	,00	,00	,00
			,00	,00	,00	,00
IV		Depósitos bancários e caixa:				
	12+13+14	Depósitos bancários	858.795,19		858.795,19	758.023,55
	11	Caixa	9.537,14		9.537,14	7.734,27
			868.332,33		868.332,33	765.757,82
E	27	**Acréscimos e diferimentos:**				
	271	Acréscimos de proveitos	,00		,00	,00
	272	Custos diferidos			,00	
			,00		,00	,00
		Total de amortizações		199.172,26		,00
		Total de provisões		,00		,00
		Total do activo	1.556.248,31	199.172,26	1.357.076,05	1.196.873,35

CEE (1)	Código Contas POC	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	Exercícios 2007	2006
A		**Capital próprio:**		
I	51	Capital:	,00	,00
	53	Prestações suplementares	,00	,00
II	54	Prémios de emissão de acções(quotas)	,00	,00
III	55	Ajustamentos de partes de capital em filais e associad	,00	,00
	56	Reservas de reavaliação	,00	,00
IV		Reservas:		
1/2	571	Reservas legais (facultativas)	747.060,78	747.060,78
3	572	Reservas Estatutárias	,00	,00
5	574 a 579	Outras Reservas	,00	,00
V	59	Resultados transitados	323.287,44	251.782,67
		Subtotal	1.070.348,22	998.843,45
VI	88	Resultado líquido do exercício	138.564,21	71.504,77
	89	Dividendos antecipados	,00	,00
		Total do Capital Próprio	1.208.912,43	1.070.348,22
B		**Passivo:**		
		Provisões:		
3	293/8	Outras provisões	,00	,00
			,00	,00
C		Dívidas a terceiros-Médio e longo prazo		
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito	,00	,00
8	251+255	Outros accionistas (sócios)		,00
8	262 a 268+211	Outros credores		,00
			,00	,00
		Dívidas a terceiros-Curto prazo		
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito		,00
3	269	Adiantamentos p/ conta de vendas		,00
4	221	Fornecedores c/c	61.120,12	,00
4	228	Fornecedores Fact. Conferência		,00
5	222	Fornecedores-Títulos a pagar		,00
8	2611	Fornecedores de imobilizado c/c	3.125,00	3.125,00
8	251+255	Outros accionistas (sócios)	47.192,01	39.956,51
8	239	Outros empréstimos obtidos		,00
8	24	Estado e outros entes públicos	8.653,80	5.986,26
8	262 a 268+211	Outros credores	28.072,69	39.595,97
			148.163,62	88.663,74
D	27	**Acréscimos e diferimentos:**		
	273	Acréscimos de custos		,00
	274	Proveitos diferidos		37.861,39
			,00	37.861,39
		Total do passivo	148.163,62	126.525,13
		Total do capital próprio e do passivo	1.357.076,05	1.196.873,35

O Técnico Oficial de Contas — Lisboa, 31 de Dezembro de 2008 — A Administração

Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Orçamento para o ano de 2008

	Total parcial	Total
CUSTOS		**1.050.000**
A - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		**600.000**
Água, electricidade e gás	40.000	
Material de escritório, livros e outros	70.000	
Comunicações (telefone, correio e fax)	120.000	
Deslocações, alimentação e estadas	200.000	
Trabalho especializado	70.000	
Conservação/reparação	50.000	
Seguros	6.000	
Outros	45.000	
B - CUSTOS COM RECURSOS HUMANOS		**350.000**
Remunerações	270.000	
Encargos sociais	80.000	
C - OUTROS CUSTOS DIVERSOS		**99.000**
Custos e perdas operacionais	90.000	
Custos e perdas financeiras	9.000	
PROVEITOS E GANHOS		**1.050.000**
A - VENDAS	10.000	**10.000**
B - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E SIMILARES	200.000	**200.000**
B - QUOTIZAÇÕES	39.000	**39.000**
C - PROVEITOS SUPLEMENTARES (donativos)	586.000	**586.000**
D - SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	200.000	**200.000**
E - OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES	15.000	**15.000**

Direcção Nacional da Quercus

Dando seguimento à decisão tomada pela Direcção Nacional, são de seguida apresentados a demonstração de resultados e o balanço, referentes a 2007, e a proposta de orçamento para 2008. É ainda apresentada uma breve análise que procura sublinhar os aspectos mais relevantes destes documentos.

No que concerne às contas de 2007, é importante sublinhar os seguintes aspectos:

a) Aumento de 93% do Resultado Líquido do Exercício, passando este de 71.504,77 € para 138.564,21 €. Este valor torna-se tanto mais importante para a Associação quanto o facto de em 2006 ter ocorrido uma diminuição de 30% relativamente a 2005.

b) Aumento de 13,3% nas disponibilidades financeiras, correspondendo a um aumento superior a 100.000 €, relativamente a 2006.

c) Aumento de 53,4% na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, correspondendo esta rubrica tanto a despesas fixas, como a encargos com prestadores de serviços, derivados de uma maior participação e elaboração de projectos de maior envergadura.

d) Aumento de 145% em Custos com o Pessoal, resultante da contratação de mais colaboradores a envolver nos projectos referidos na alínea anterior. Perante estes valores, cumpre mais uma vez alertar para a necessidade de se acompanhar com atenção a evolução destes custos, tendo em consideração os financiamentos/subsídios que estão na base da sua contratação.

e) Aumento das quotizações dos Associados em 8,3%, demonstrando o bom trabalho que tem vindo a ser feito pela Gestão de Sócios, particularmente no que concerne à possibilidade de realizar a inscrição como associado directamente on-line a partir do sítio da Quercus na Internet.

f) Aumento em 88,5% dos subsídios concedidos à Quercus, passando de 472.006,67 € para 889.586,51 €, valores estes constituintes das bases para assegurar uma boa prossecução das actividades da Associação e a sua consequente sobrevivência num horizonte futuro, e que representam uma inversão feliz do que se tinha passado em 2006 relativamente a 2005.

g) Aumento de 27,3% dos proveitos financeiros, resultantes, por um lado, de uma melhor negociação junto dos parceiros financeiros (vulgo, bancos), e, por outro lado, de uma melhor gestão dos excedentes de liquidez existentes em diversas contas bancárias de algumas estruturas da Quercus.

Em conclusão, acresce referir que o Activo Global Liquido, passou de 1.196.873,35 € em 2006, para 1.357.076,05 € em 2007.

Relativamente à proposta de orçamento para 2008, os valores propostos seguem, mais uma vez, uma linha de continuidade em relação ao nível de despesa e receita registados em 2007.

Cumpre mais uma vez sublinhar o carácter aleatório das principais componentes da receita, nomeadamente a respeitante a Donativos e a Subsídios, dado que a estimativa apresentada não tem por base Projectos devidamente identificados.

Assim, torna-se relevante que a Direcção Nacional dê especial enfoque à obtenção de receitas, sob pena de ser colocada em causa a integral execução do Orçamento proposto.

Quercus em acção

Rolhinhas e Condomínio da Terra foram ao Festival da Serra da Estrela

Ana Almeida

Durante os dias 17, 18 e 19 de Julho todas as notas musicais foram dar a Valhelhas, onde decorreu a edição 2008 do Festival Serra da Estrela (FSE). O evento musical aconteceu no parque de campismo da freguesia, junto ao rio Zêzere, e incluiu uma dúzia de espectáculos, actuando quatro bandas por dia e dois DJ's.

O festival de Verão centrou-se na temática do meio ambiente e, durante a sua realização, apostou-se numa atmosfera de respeito ambiental e em actividades informativas e formativas sobre as questões e preocupações ambientais. Os participantes puderam tomar duche em "chuveiros ecológicos", que utilizam água captada directamente no rio Zêzere, e à sua chegada ao parque de campismo receberam um "kit ecológico" composto por um mini-pilhão, panfletos da Sociedade Ponto Verde e da Quercus e três sacos para reciclar os lixos produzidos durante os três dias do festival.

Buraka Som Sistema, Coldfinger, 6 PM, Linda Martini, The Vicious Five, The Right One, Fado Morse, Tora Tora Big Band e Kussondulola foram alguns dos grupos que actuaram no palco do festival. De referir também a actuação dos DJ's Pedro Ricciardi, Pink Boy, Ana Feel, Yeng Sung, Sciencia e Dezperados. Durante os concertos, várias vezes se ouviu o slogan Nuclear Não! contra a instalação de centrais nucleares no nosso país, mostrando que os jovens portugueses estão atentos à realidade ambiental. São de assinalar também as várias citações expostas pelas inúmeras barraquinhas dentro do recinto visando a promoção da consciência ambiental ("A natureza não faz nada em vão" – Aristóteles; "É triste pensar que a natureza fala e que o género humano não a ouve" – Victor Hugo).

O parque de campismo do Rossio de Valhelhas, situado em pleno Parque Natural da Serra da Estrela, ocupa uma área de cerca de 16.00 m2. A praia fluvial de Valhelhas, cercada pelas límpidas águas do rio Zêzere convida a um mergulho retemperante, sendo vigiada permanentemente por nadadores-salvadores. Além disso, é uma das poucas praias fluviais do país que garante a bandeira da acessibilidade, sendo por isso muito reconhecida.

A organização, composta pela associação Orgânica, em colaboração com a ESPVAL – Associação Sport de Vale do Zêzere Esperança de Valhelhas, Câmara Municipal da Guarda e Junta de Freguesia local, idealizou para o recinto do Festival, cinco espaços com diferentes actividades: espaço construção ecológica: onde os visitantes puderam obter informações e testar novas técnicas de construção ecológica; espaço herbalismo e terapias naturais: neste local pôde conhecer-se o mundo das plantas medicinais e aromáticas e ainda experimentar sensações relacionadas com meditação, massagens, entre outras; espaço cozinha vegetariana: os visitantes puderam saborear uma diversidade de petiscos e receitas sem o uso de carnes ou peixes; espaço vida sustentável: contacto com exemplos de iniciativas sustentáveis em Portugal e sobre os recursos naturais que as sustentam.

Estiveram ainda disponíveis várias actividades, cada uma apresentando ambientes diferentes para o espectador, tais como: um balão de ar quente que fez voos cativos; venda de artesanato com destaque para o artesanato feito através da reciclagem de produtos; parque de campismo ecológico com casas de banho e chuveiros ecológicos; entrega de um kit ecológico composto por três sacos de reciclagem, um pilhão, informação sobre reciclagem; blindesign: criação de ecopontos de papelão, por exploração formal de caixas de papelão e outros materiais à base de papelão tais como caixas de ovos, rolos e alveolares de fruta; espaço verde: este espaço pretendeu demonstrar um conjunto de aplicadas

INÊS ALMEIDA

e vividas num caminho de vida ecologicamente sustentável. Os visitantes puderam experimentar na prática como pequenas mudanças na sua vida do dia-a-dia poderão contribuir para um bem-estar mais simples, intenso e perto de si próprios, ao mesmo tempo favorecendo o ambiente e os ecossistemas que sustentam a vida.

No espaço reservado à Quercus estavam instalados um globo e uma rolha de cortiça gigantes, representando os projectos da associação, Condomínio da Terra e Projecto de Reciclagem de Rolhas de Cortiça, assegurada a acção de sensibilização, divulgação dos panfletos dos projectos pelo Núcleo Regional da Guarda, que contou com uma equipa de 5 voluntários, a eles muito obrigado. Segundo Nuno Abrantes, da organização, esta edição do Festival Serra da Estrela pretendeu "através da música, transmitir uma mensagem, um objectivo: consciencializar e sensibilizar os participantes para a protecção ambiental".

Actividades do Núcleo da Guarda

Núcleo Regional da Guarda da Quercus

Passeios Ciência viva

Passeios ciência viva, para conhecer as árvores que vestem as ruas da sua cidade ou vila.

Para mais informações visite o site da ciência viva e inscreva-se nas acções que ainda vão decorrer:
http://www.cienciaviva.pt/veraocv/comum/2008/actividadeshoje.asp

Fim-de-semana Europeu de Observação de Aves

O próximo EuroBirdwatch, que em Portugal é conhecido por Fim-de-Semana Europeu de Observação de Aves, vai decorrer nos dias 4 e 5 de Outubro de 2008, e faz parte das comemorações do World Bird Festival 2008 promovido pela BirdLife International. Este ano, é o parceiro Eslovaco da BirdLife International que está responsável por organizar o evento a nível Europeu, sendo a SPEA a entidade que irá coordenar as acções em Portugal.

O Núcleo vai realizar duas acções, uma no dia 4 junto ao rio Águeda, cujo ponto de encontro será a sede do Núcleo, pelas 8:30 horas, e partida às 9:00 horas para o local de observação.

A segunda acção realizar-se-á na serra da Malcata no dia 5 de Outubro, onde o ponto de encontro será o Centro de Educação Ambiental Senhora da Graça. Às 9:00 horas.

É necessário trazer lanche, calçado apropriado, binóculos e máquina fotográfica.

Estas acções são gratuitas, mas os cidadãos terão que realizar uma inscrição.

Palestra sobre ecologia com associação ASTA

No Próximo dia 10 de Outubro o Núcleo vai estar presente nas Instalações da associação ASTA, para dar uma pequena palestra sobre Ecologia ao alunos e fazer algumas actividades com os mesmos, se o tempo tiver propício iremos plantar alguns carvalhos negrais.

Quercus promove exposição: Natureza em RISCO

Fauna e Flora ameaçada em Portugal

Núcleo Regional do Porto da Quercus

Com o propósito de sensibilizar a população para o risco de extinção de inúmeras espécies animais e vegetais a nível mundial, esta mostra promovida pelo Núcleo Regional do Porto da Quercus alerta para a necessidade do Homem alterar alguns comportamentos que são prejudiciais para o ambiente – seja através do aquecimento global, ou da destruição de habitats e de alimentos, pela comercialização ilegal de animais e materiais derivados da fauna e flora.

Natureza em RISCO representa uma viagem iconográfica por este preocupante e cada vez mais urgente tema das espécies ameaçadas, com particular destaque para aquelas que em Portugal, por causas diversas, se encontram hoje em diferentes categorias de risco. Este percurso temático é feito através da actividade de Ilustração Científica, sob a forma de desenhos realizados em diversas técnicas artísticas, disponibilizados por Nuno Farinha, autor e coleccionador de inúmeras obras de ilustração científica.

A exposição, já depois de ter sido inaugurada em Julho no MaiaShopping será apresentada também em diversos pontos do país, que vão ser divulgados dentro de pouco tempo na página do Núcleo Regional do Porto da Quercus (www.porto.quercus.pt).

"FREEBIKES" em Vila Real

Núcleo Regional de Vila Real da Quercus

O Projecto Bicla Real é um projecto-piloto de utilização gratuita de bicicletas de montanha em Vila Real. Até agora, cerca de duas centenas de pessoas utilizaram as dez "Freebikes" disponíveis, e a perspectiva é de que o número de utilizadores continue a aumentar. Eis um balanço provisório deste projecto, que pretende apontar o caminho para uma futura cidade ciclável.

A bicicleta como alternativa

O ponto de partida deste projecto é promover o uso da bicicleta em pequenos percursos diários, como alternativa ao automóvel.

Que dizer da fluidez de circulação e da facilidade de estacionamento das bicicletas, em meio urbano? E do efeito benéfico que pedalar pode ter sobre as condições físicas dos utilizadores? Sem esquecer, claro, as condições de segurança: juntamente com a bicicleta, é fornecido ao utilizador um capacete de protecção e um colete de alta visibilidade.

Manutenção do equipamento: a chave do sucesso

Não é difícil colocar uma dezena de bicicletas ao dispor dos utilizadores. Tal ficou a dever-se ao patrocínio da Sportzone, que permitiu o arranque do projecto. Menos fácil é assegurar a manutenção do equipamento e o registo dos utilizadores: foi conseguido graças ao subsídio da Câmara Municipal de Vila Real e à assistência da firma SprintBike. O contrato de manutenção inclui o resgate dos utilizadores em caso de furo ou de outro imprevisto. Até este momento, todo o material continua em boas condições de funcionamento, para o que contribui o civismo dos utilizadores, que ultrapassou as melhores expectativas.

Para uma cidade ciclável

À medida que este projecto avança, recua o preconceito que considera Vila Real "pouco propícia" para o uso de bicicleta. As bicicletas de montanha permitem vencer com esforço moderado os desníveis da cidade. E é também possível recorrer a bicicletas eléctricas, como o demonstrámos em Maio e Junho passados. Porém, é necessário criar condições que facilitem o uso da bicicleta começando, por exemplo, pelas estruturas de aparcamento. Desde a Vila Velha ao Parque do Corgo, há já algumas estruturas instaladas, mas é urgente aumentar este número. É também necessário sinalizar circuitos para ciclistas, como poderá ser o circuito Vila Velha - Parque do Corgo - Mateus. E quando arrancará a anunciada ciclovia entre a Estação da CP e Abambres, no percurso da antiga linha do Corgo? Soluções simples e pequenos investimentos podem transformar Vila Real numa cidade ainda mais propícia ao uso da bicicleta.

Para uma futura rede de promotores

A consolidação e o alargamento deste projecto exigem o envolvimento de outros possíveis promotores. Não interessará à Região de Turismo associar-se a este projecto, articulando-o com o sector local da hotelaria? E à Associação Académica da UTAD, promovendo o uso da bicicleta no campus universitário? Uma articulação com as empresas de transportes públicos rodoviários e ferroviários poderá, num futuro próximo, dar uma outra dimensão a este projecto. É esse o envolvimento que desejamos: um passo ou uma pedalada sinérgica, rumo a uma cidade ciclável.

Mais informação

As "freebikes" continuam disponíveis de segunda-feira a sábado, das 9:00 às 19:00, no Largo de N.ª Sra. da Conceição, podendo ser requisitadas na loja SprintBike, mediante a apresentação de um documento de identificação.

Damos
Novos Mundos
à Saúde
Em termos **genéricos**, somos **Portugueses**.

Empresa certificada em
Segurança, **Qualidade** e **Ambiente**

TÜV SÜD ISO 9001
CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS NP EN ISO 14001 SGS
CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS OHSAS 18001 SGS

Fresenius Kabi
Caring for Life

LINHA DIRECTA LABESFAL GENÉRICOS 918 643 285

LABESFAL - LABORATÓRIOS ALMIRO, SA - Santiago de Besteiros - 3465-157 - Campo de Besteiros - PORTUGAL
Tel.: +351 232 83 11 00 • Fax: +351 232 83 11 12 • genericos@labesfal.pt
Capital Social: 46.500.000,00 - Matriculada na Conc. do Reg. Com. de Tondela sob o nº 212 - Contribuinte nº 509 189 580

www.labesfalgenericos.pt

LABESFAL
GENÉRICOS
Pela Nossa Saúde

Saída de campo na Serra de Monfurado – Montemor-o-Novo

O Núcleo Regional de Beja/Évora da Quercus organizou na Serra de Monfurado, concelho de Montemor-o-Novo, no dia 28 de Junho, uma saída de campo que visou a observação e a compreensão do património natural da zona.

NUNO SEQUEIRA

Realizou-se um passeio pedestre de cerca de 3 Kms, tendo como principal objectivo a observação de um núcleo de Carvalho-negral (Quercus pyrenaica Willd.)

Núcleo Regional de Beja/Évora da Quercus

Esta actividade decorreu no âmbito das actividades paralelas à Feira de S. João, onde a Quercus esteve presente com um stand e diversas outras iniciativas, e contou com o apoio da Câmara Municipal de Évora e do Centro de Interpretação Ambiental do Sitio de Cabrela e Monfurado.

Pela manhã realizou-se um passeio pedestre de cerca de 3 Kms, tendo como principal objectivo a observação de um núcleo de Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica Willd.*). Este percurso, guiado pelo biólogo Carlos Vila-Viçosa, permitiu identificar a riqueza e a diversidade do povoamento existente no local, que assume um valor reliquial, uma vez que corresponde ao limite sul da distribuição actual desta emblemática Quercinea em território nacional.

NUNO SEQUEIRA

Ao longo do mesmo percurso foi também possível identificar algumas das outras espécies de fauna, flora, incluindo os cogumelos, existentes no local, assim como abordar algumas das áreas de intervenção da nossa Associação, com destaque para as temáticas que maior interesse despertaram aos participantes da actividade.

De seguida foi efectuada uma visita ao Centro de Interpretação Ambiental do Sitio de Cabrela e Monfurado, integrado na Rede Natura 2000. Foi aí possível aos participantes, de uma forma interactiva, tomar contacto com toda a realidade natural presente nesta área classificada, e consolidar muita da informação que se prende com a gestão de um espaço com estas características.

Participaram na saída de campo cerca de 30 pessoas, sendo que mais de metade correspondeu a crianças e jovens em idade escolar. No final da actividade ficou o sentimento de uma jornada proveitosa e saudável que permitiu conhecer melhor esta importante área do Alentejo Central.

OGM's Não

Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

Manifestação em Monforte contra os Ensaios com OGM´s

No passado dia 12 de Julho, a vila de Monforte (Portalegre), foi palco de uma manifestação pacífica organizada pela Plataforma Transgénicos Fora contra os três anos de ensaios com milho geneticamente modificado, que o Governo autorizou para uma herdade da região.

NABAIS

Esta exploração agrícola, integrada na Zona de Protecção Especial (ZPE) de Monforte (Rede Natura 2000), é essencial à conservação de aves estepárias a nível nacional. Faz também parte do concelho de Monforte, que por unanimidade, e através dos seus órgãos de poder local (Assembleia e Executivo Municipal), votou contra a realização destes ensaios e desencadeou os processos legais para se declarar uma zona livre de transgénicos.

Os cerca de 50 activistas que se reuniram para denunciar a situação, percorreram 3 kms desde a praia fluvial de Monforte até à entrada da referida herdade, onde foram permitidos os ensaios com uma variedade de milho resistente a herbicida e cuja comercialização não está autorizada na União Europeia.

A manifestação, que se prolongou até ao final da manhã, contou com a presença simbólica de 50 espantalhos, os tradicionais vigilantes dos campos, formando uma espécie de "brigada de biossegurança". Reivindicou-se assim o cancelamento da licença para a realização de ensaios com milho transgénico – não testado e portanto com grande risco de contaminação – não só na herdade em Monforte, como também numa outra exploração situada no concelho de Ferreira do Alentejo (Beja).

Acompanhados pela GNR, os participantes reforçaram o protesto com palavras de ordem ("Não, não, não à contaminação", «Não, não, não à agricultura do cifrão"), tambores e cartazes, onde se podia ler «Transgénicos na agricultura = fim da liberdade de escolha», «Transgénicos não obrigado», «Sem Patente$ viva as sementes» e «Monforte não é cobaia aos ensaios com transgénicos».

Relembramos que o Governo deu luz verde às empresas Pioneer e Syngenta para avançar com os ensaios de milho transgénico quando ainda não existem condições em Portugal para o cultivo deste milho em segurança. Mais ainda, as duas empresas têm um historial já longo de contaminação de explorações agrícolas com transgénicos ao nível da União Europeia.

A Plataforma pretende assim que sejam respeitadas as zonas livres de transgénicos, criadas de uma forma democrática, e evitar a utilização de ainda mais herbicidas, num país que já sofre de forma preocupante de um uso excessivo de agroquímicos.

Manifestação contra a Central Nuclear de Almaraz

Dia 13 de Setembro de 2008

No próximo dia 13 de Setembro, Sábado, a «Plataforma Antinuclear Cerrar Almaraz» vai realizar uma manifestação contra esta central nuclear que fica junto ao rio Tejo, e a menos de 100km da fronteira portuguesa.

À semelhança de anos anteriores, a Quercus irá juntar-se ao protesto pelo que iremos posteriormente informar acerca da programação definitiva (no ano passado realizou-se integrada no programa, uma visita ao Parque Nacional de Monfragüe).

Os interessados em participar no protesto podem desde já contactar o Núcleo Regional de Portalegre ou o Núcleo Regional de Castelo Branco para organizarmos os transportes.

Mais informações:
(portalegre@quercus.pt, castelobranco@quercus.pt
ou telfs. 960107080 / 960207080).

Associações Ambientalistas portuguesas marcam posição

//BANCO.AGENCIAOGLOBO-COM-BR

Refinaria na Extremadura Espanhola

A Quercus, o GEOTA, a LPN e o FAPAS (Organizações Não Governamentais de Ambiente portuguesas), bem como a ADENEX – Asociación para la Defensa de la Naturaleza y los Recursos de Extremadura e a Plataforma Cidadã Refinaria Não, realizaram uma conferência de imprensa conjunta no passado dia 17 de Julho em Mérida.

Nesta ocasião foram apresentadas as razões porque as Associações contestam a construção desta infraestrutura na Extremadura Espanhola, a poucas dezenas de quilómetros da fronteira portuguesa, e numa zona integrada na bacia hidrográfica do Guadiana.

Devido aos impactos económicos, ambientais e sociais que uma obra deste tipo poderia ter em ambos os países, as Associações presentes pediram também aos Governos Português e Espanhol que tomem a decisão de não autorizar a construção desta refinaria de petróleo na província de Badajoz

Gestos pelo ambiente em Braga

Núcleo Regional de Braga da Quercus

Curso de Etnobotânica

Teve lugar nos dias 28 e 29 de Junho, no Mosteiro de Tibães em Braga, o Curso de Etnobotânica, com a duração de 12 horas. A adesão não foi muito grande pois trata-se de um curso específico e a data, apesar de adequada para a observação e recolha e identificação das plantas, não era a ideal do ponto de vista dos formandos, na sua maioria professores e portanto assoberbados de trabalho nessa altura do ano. No entanto, a avaliação final do curso realizada pelos formandos foi muito positiva já que, para além de toda a aprendizagem teórica que puderam fazer, também tiveram oportunidade de:

► degustar tisanas de plantas aromáticas e medicinais servidas pela produtora Elisabete Costa;

► assistir a uma parte considerável dos tormentos do linho, pelas artesãs da Associação Pedras Brancas;

► saborear comida macrobiótica servida pela Semente – Centro Macrobiótico de Braga;

► ver produzir um cesto de princípio ao fim, avaliando assim a mestria do cesteiro Sr. Abílio Moreira.

Resta-nos portanto agradecer a todos os que colaboraram nesta iniciativa do Núcleo de Braga, principalmente à Doutora Ana Maria Carvalho, do Instituto Politécnico de Bragança que foi quem ministrou o curso e cujo objectivo era"passar o bichinho" da etnobotância, e parece que terá conseguido já que uma das formandas pretende desenvolver uma tese de mestrado exactamente nessa área. • Ana Cristina Costa

Acção de formação sobre agricultura biológica

A Quercus Braga levou a efeito mais uma acção de formação sobre agricultura biológica. Esta formação, sob o tema "Agricultura Biológica no seu quintal", teve como objectivo promover a prática da agricultura biológica, consciencializando os formandos para um modo de produção agrícola que respeita o equilíbrio entre o Homem, o solo, as plantas e os animais.

ÂNGELA PEREIRA

Foi uma formação que privilegiou a parte prática, sendo, por isso, desenvolvida ao longo de 4 meses, para que os participantes pusessem em prática todas as técnicas inerentes ao modo de produção biológico efectuando todos os trabalhos desde a preparação do terreno, sementeiras, plantações, amanhos culturais e terminassem com a colheita dos produtos.

A população participante nesta formação caracterizou-se, maioritariamente, por pessoas com nível académico elevado e idades compreendidas entre os 35 e 60 anos.

O fecho da acção realizou-se com uma visita a uma quinta, em Braga, que se vocaciona para a produção de vinho em modo de produção biológico.

Os participantes manifestaram, através de avaliação escrita, satisfação e vontade em aperfeiçoar conhecimentos nesta área e outras afins. • Custódia Gonçalves

Faça Agricultura Biológica no seu Quintal

A Agricultura Biológica é um modo de produção amigo do ambiente e da saúde do consumidor. Contudo, para obter produtos de boa qualidade é necessário conhecer um conjunto de técnicas que permitem melhorar o solo, controlar as pragas e as doenças e promover a sustentabilidade, sem recorrer ao uso de produtos químicos.

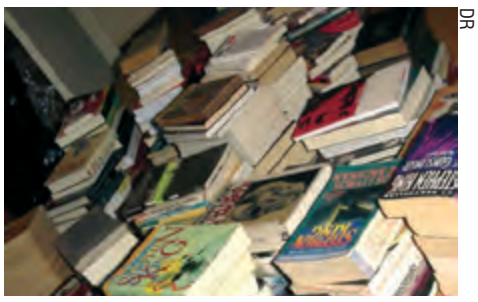
Assim, o Núcleo Regional de Braga da Quercus vai levar a cabo uma acção de formação sobre Agricultura Biológica, na Quinta Pedagógica de Real, Braga, em seis sessões, nos sábados, 27/Set., 4/Out., 11/Out., 15/Nov., 22/Nov. e 29/Nov., das 14h30 às 17h30 com as últimas sessões passíveis de sofrerem alteração em virtude das condições climatéricas, dirigida à manutenção de quintais particulares.

Inscrições:

Em ficha própria a solicitar ao Núcleo Regional de Braga da Quercus, Urbanização das Andorinhas, loja 7, 4700-359 BRAGA ou pelo correio electrónico braga@quercus.pt. A taxa de inscrição é de 48€ para sócios e 60€ para não sócios. Mais informações através do telefone 253276412 (só às quintas à partir das 21h) ou telemóvel 938464378 Ana Cristina Costa.

Livros 100% verdes

Tendo como objectivo central promover a leitura e passar a mensagem de que ler um livro é uma acção não poluente, a livraria Centésima Página associou-se a diferentes entidades que de algum modo promovam a defesa do meio ambiente e lançou o Desafio Verde. Assim, entre os dias 8 (terça-feira) e 12 (Sábado) de Julho a Livraria Centésima Página, localizada na zona pedonal da cidade de Braga, em parceria com a Quercus - Núcleo de Braga, loja de Comércio Justo e Tin.Bra. (Teatro Infantil de Braga), levou a cabo uma Feira de Verão designada "Ler é 100% Verde".


DR

Com o slogan "Reutilize-se! Leia Verde, Pense Verde!", a livraria pretendia também sensibilizar o público em geral para as questões ecológicas mostrando que se pode renovar atitudes.

Durante o período acima referido, entre as 10:00h e as 19:00h, uma voluntária do Núcleo de Braga da Quercus realizou várias actividades, das quais se destacam a reciclagem de papel, produção de papel maché, reutilização de jornais (cestaria) e o cálculo da Pegada Ecológica, onde todas as pessoas podiam participar activamente. Com estas actividades pretendia-se sensibilizar não só as crianças mas também os adultos para a importância da política dos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e para o impacte que as nossas atitudes causam no meio ambiente. Enquanto isso a associação Tin.Bra promoveu a criação de fantoches, originais e comboios feitos de papel e a loja de Comércio Justo procedia à venda dos seus produtos, como forma de divulgar a sua filosofia, produtos, esses provenientes de cooperativas e associações de agricultores ou artesãos dos países do terceiro mundo. A feira terminou a 12 Julho com a leitura do conto intitulado "O livro da avó". • Márcia Ferreira

Limpar o Mundo, Limpar Portugal

Sábado, dia 20 de Setembro, pelas 14h30, vão-se reunir os aderentes da campanha "Limpar o Mundo, Limpar Portugal" na rotunda da antiga Bracalândia para, a partir daí, procederem à recolha de resíduos encontrados, indo em direcção ao Bom Jesus e Sameiro.

A actividade, conhecida internacionalmente como "Clean up the world", está aberta ao público em geral, para o que basta comparecer no local indicado. Para tal será conveniente levar calçado e roupa confortável, chapéu ou impermeável (dependendo do estado do tempo), água e luvas resistentes.

O Núcleo agradece publicamente a colaboração da Agere (que ofereceu os sacos plásticos e procederá à recolha dos RSU), da Câmara Municipal de Braga - Pelouro do Ambiente (que cederá as luvas) e do Continente (que oferecerá águas e lanches), bem como do Corpo Nacional de Escutas que se apresentará com vários dos seus jovens membros.

FRANCISCO AREIAS
Rola Turca (juvenil)

Fim-de-semana europeu de observação de aves

Fim-de-semana europeu de observação de aves 2008

Domingo, 5 de Outubro, entre as 10 e as 12h, decorrerá uma observação de aves no Mosteiro de Tibães, com Francisco Areias e Rui Santos, da Quercus Braga como ornitólogos responsáveis.

FRANCISCO AREIAS
Alvéola Branca

As inscrições (gratuitas) decorrerão através do telefone 253623670 (Mosteiro de Tibães).

A "Pegada de Água" (*Water Footprint*)

Quanta água é necessária para produzir uma chávena de café? E uma fatia de pão? E uma folha de papel?

Sandra Oliveira

De cada vez que bebemos uma chávena de café, utilizamos 140 litros de água. Por cada quilo de carne de vaca consumido, utilizamos 16 000 litros de água. O fabrico de uma t-shirt de algodão exige o consumo de 2 000 litros de água. Muitos dos produtos que utilizamos diariamente exigem a utilização, directa ou indirecta, de água, a qual é normalmente negligenciada nos cálculos de consumo de água geralmente veiculados.

Em 2002, foi introduzido um novo indicador de consumo de água que contabiliza a quantidade de água utilizada nos bens e serviços consumidos pelos habitantes de um país, tendo em consideração os fluxos com outros países. A Pegada de Água (*Water Footprint*) é, assim, um indicador que mostra quanta água é realmente necessária para sustentar uma população.

O conceito de Pegada de Água inclui informação baseada no conceito de Água Virtual, definida como o volume de água necessário para produzir um bem ou serviço. Para calcular a Pegada de Água de um país, é indispensável considerar também os fluxos de água que entram ou saem do país através das importações e exportações de produtos e serviços. A Pegada de Água Interna refere-se à utilização dos recursos hídricos do país para produzir os bens e serviços consumidos pelos seus habitantes, enquanto que a Pegada de Água Externa aponta a quantidade de recursos hídricos utilizados noutros países para produzir os bens e serviços que são posteriormente consumidos por estes habitantes. Adicionalmente, a Pegada de Água inclui dados referentes não só à utilização das águas superficiais e subterrâneas (*blue water*), mas também à água retida no solo (*green water*) e o volume de água poluída (*graywater*) que entra no sistema após a sua utilização nas diferentes actividades.

Produto	Teor de água virtual (litros)
1 folha de papel A4 (80g)	10
1 chávena de chá (250ml)	35
1 fatia de pão (30g)	40
1 maçã	70
1 copo de cerveja (250ml)	75
1 copo de vinho (125ml)	120
1 chávena de café (125ml)	140
1 copo de sumo de laranja (200ml)	170
1 copo de leite (200ml)	200
1 t-shirt de algodão	2000
1 hamburger (150g)	2400
1 par de sapatos de pele	8000

Teor de água virtual médio global de alguns produtos, por unidade de produção
(Fonte: Hoekstra e Chapagain, 2007)

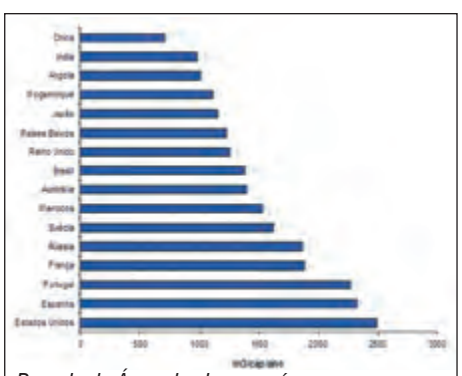
L. FERNANDES

Cada produto, sua exigência

No sector agrícola, o arroz é a cultura que exige maior utilização de água, cerca de 21% do total utilizado na agricultura, seguido pelo trigo (12%) e pelo milho (9%). Estes valores dependem não só da quantidade produzida a nível mundial, mas também da necessidade de água de cada um dos produtos, dos processos de transformação e das características dos locais onde são produzidos (clima, tecnologia aplicada, etc.). Os produtos animais, por outro lado, implicam um consumo de água mais elevado, devido à alimentação, ao consumo de água directa pelos animais e à água utilizada nos serviços de apoio à produção. À medida que subimos na cadeia de produção, a quantidade de água exigida é maior. Os produtos industriais consomem, em média, 80 litros de água por cada dólar, variando significativamente por país (Estados Unidos – 100 litros; Alemanha – 50 litros; Japão – 15 litros; China – 25 litros).

Cada país, sua Pegada

A Pegada de Água média global é de 1243 m^3 por pessoa por ano; este valor varia muito por país. A China e a Índia, por serem países muito populosos, têm Pegadas de Água inferiores; os Estados Unidos são o país com a maior Pegada; Portugal tem uma Pegada relativamente elevada, comparada com outros países europeus. Quanto maior o nível de desenvolvimento de um país, maior o consumo de produtos e maior a Pegada de Água.



Pegada de Água de alguns países
(Fonte: www.waterfootprint.org)

L. FERNANDES

Queda de água – Concelho de Arouca

O que fazer para reduzir a Pegada de Água?

À semelhança do que acontece com a Pegada Ecológica e a Pegada de Carbono, têm sido apresentadas, nos últimos anos, sugestões para reduzir a Pegada de Água, incluindo a possibilidade de um compromisso de neutralidade em relação à utilização de água (Water Neutral), através da redução do consumo e da compensação pela sua utilização e pela poluição provocada. Um sistema de cálculo de Pegadas e de mecanismos de compensação está em discussão entre várias ONG's, empresas e grupos académicos, com o intuito de implementar medidas que permitam atingir o nível de sustentabilidade necessário para os recursos hídricos.

A redução da Pegada de Água, indispensável para garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos a nível mundial, pode ser alcançada de diversas maneiras, entre as quais o aumento da eficiência na utilização de água no sector agrícola (através do melhor aproveitamento da água da chuva e de alterações nos sistemas de irrigação, por exemplo) e a mudança nos hábitos e padrões de consumo doméstico. A sensibilização dos consumidores é extremamente importante, tendo em consideração que a maioria das pessoas não sabe quanta água é gasta para criar os produtos que consome e como é que pode reduzir este fardo sobre os recursos hídricos do planeta.

Se quiser começar a ajudar nesta causa, pode verificar qual a sua Pegada de Água no site www.waterfootprint.org/?page=files/WaterFootprintCalculator e descobrir como pode contribuir, passo a passo, para a implementação de um estilo de vida mais sustentável no que respeita à utilização dos recursos hídricos.

Para saber mais:

► www.waterfootprint.org
► Hoekstra, A. Y.; Chapagain, A.K. (2007) – Water footprint of nations: water use by people as a function of their consumption pattern. Water Resourc Manag 21: 35-48
► Hoekstra, A.Y. (2008) – Water Neutral: reducing and offsetting the impacts of water footprints. Research report series nr. 28 – Value of Water, UNESCO-IHE

Carvalho-alvarinho

Um dos representantes da vegetação secular de Portugal

DR

O Carvalho-alvarinho, uma das espécies com maior área natural de expansão no continente europeu, foi o centro da actividade social de inúmeros povos, apresentando um carácter sagrado.

Andreia Gama

Poderíamos começar este artigo com a descrição de um passeio pela Mata da Albergaria, no Parque Nacional da Peneda-Gerês. Imagine que percorre a geira romana que atravessa esta Mata, que sente o prazer de estar numa floresta de carvalhos, não apenas pelos carvalhos em si, mas por toda a diversidade que lhes está associada, desde a fauna à flora. E agora imagine como seria ter grande parte do território a Norte do Rio Tejo coberto por matas como esta. Seria sem dúvida extraordinário. Mas, infelizmente, esta já não é a nossa realidade, pelo que urge preservarmos o que ainda resta dela.

Quercus robur L. foi o nome científico atribuído ao Carvalho-alvarinho por Lineu, porque robur era o termo utilizado para a designação de madeiras de grande dureza e solidez, características da madeira desta espécie. A madeira de Carvalho-alvarinho, para além de dura, é de grão fino e apresenta anéis de crescimento bem demarcados, possuindo um conjunto de características visuais, físicas e mecânicas que a tornam muito apreciada para vários usos. É deveras resistente, tendo sido muito utilizada na construção de edifícios medievais e na construção naval. É considerada como das mais valiosas madeiras duras, óptima para marcenaria, torneados, parquetaria de revestimento e tanoaria de envelhecimento. Todas estas características levaram a uma procura e preferência por parte dos europeus pela madeira de carvalho-alvarinho, o que em muito contribuiu para o desaparecimento de vastas áreas deste carvalhal na Europa.

Muitos dos bosques de carvalho foram reduzidos pela força do homem a áreas de cultivo ou pasto – pois o carvalho é um excelente criador de solos devido ao facto de ser uma árvore de folha caduca e de estar associado a zonas húmidas –, cortados para madeira ou mesmo substituídos por outras espécies florestais (pinheiro-bravo, eucalipto). Agressões sucessivas, nomeadamente através do fogo e do pastoreio excessivo, conduziram ao longo do tempo ao desaparecimento dos carvalhais. Por volta de 1502, por carta régia, foi proibido o abate de sobreiros e azinheiras, devido à utilidade destas duas espécies de carvalhos como fornecedores, respectivamente, de cortiça e bolota comestível, o que levou ao abate massivo dos carvalhais de carvalho-alvarinho para a construção das naus portuguesas, tendo-se derrubado mais de 5 milhões de robles – outra das designações comuns para este carvalho.

É uma das espécies de carvalhos nativos com maior longevidade. Em Portugal temos o magnífico carvalho de Calvos (Póvoa de Lanhoso) – o qual já tive o privilégio de poder contemplar – com mais de 500 anos, 23 metros de altura, 40 m de diâmetro médio da copa e 7,4 m de diâmetro do tronco. Quando chegamos junto deste imenso carvalho, temos naturalmente uma atitude de imenso respeito e encantamento. Se esta árvore falasse, que histórias teria para nos contar… Em Inglaterra existe um magnífico exemplar com idade entre

DR

os 800-1000 anos, situado na famosa floresta de Sherwood (Nottinghamshire), denominado de "Major Oak".

Um bosque de carvalho é uma importante herança natural, de elevado valor ecológico, económico, social e paisagístico, permitindo optimizar o conjunto das funções ecológicas, produtivas e sociais, com vantagem no processo de desenvolvimento da gestão florestal sustentável, pelo reconhecido valor das suas múltiplas funções e qualidade. Os carvalhais de Carvalho-alvarinho estão entre os ecossistemas cuja riqueza faunística é mais elevada em Portugal continental, possuindo uma grande importância no que respeita à conservação da natureza. É uma importante fonte de alimento, albergando diversas plantas produtoras de frutos com interesse para a fauna e abrigo, pois no seio de espaços mais intervencionados pelo Homem as florestas de carvalhos constituem um refúgio essencial para muitas espécies.

A sua área de distribuição natural abrange grande parte da Europa, desde a costa Atlântica até aos montes Urais, incluindo a Norte as ilhas britânicas e Escandinávia e, a Sul, a península dos Apeninos, Macedónia e Cáucaso. A Península Ibérica corresponde ao limite sudoeste da sua distribuição, encontrando-se nas zonas com maior influência climática atlântica. Em Portugal distribui-se essencialmente pelas regiões do noroeste português, abrangendo as províncias do Minho, Douro Litoral e Beira Litoral. Contudo, hoje apresenta uma área de distribuição muitíssimo reduzida devido ao derrube a que foi sujeito ao longo dos séculos, em consequência de acções sucessivas de reconversão do uso do solo e da exploração desregrada. De acordo com o inventário florestal nacional 2005-2006, estima-se que o Carvalho-alvarinho ocupe em Portugal uma área de cerca de 37 mil ha, não apresentando actualmente grandes povoamentos. Para além da Mata da Albergaria referida no início do texto, existe outra área notável, o Corno do Bico - sítio de importância comunitária Natura 2000 e uma área de Paisagem Protegida - junto a Paredes de Coura, uma das maiores manchas contínuas bem conservadas de carvalhal-alvarinho.

No que respeita às condições ambientais, o Carvalho-alvarinho prefere baixas altitudes, podendo no entanto ocorrer até aos 1.000 m. Elege solos frescos, profundos e férteis. É pouco tolerante aos solos calcários, ocorrendo preferencialmente em solos siliciosos. Gosta de climas húmidos, oceânicos, onde se sinta pouco a secura estival, necessita de muita água e de solos com boa retenção de água, apresentando baixa tolerância a frios intensos ou geadas. Ocorre em bosques caducifólios mistos, mas também pode formar bosques onde é a espécie principal.

O Carvalho-alvarinho apenas começa a produzir fruto em abundância e qualidade a partir dos 60 anos sendo que ao longo da sua vida, uma árvore de carvalho pode produzir mais de 3 milhões de bolotas, em que para a disseminação das sementes conta com a ajuda de aves como o Gaio, entre outros animais. A sua bolota foi muito utilizada na alimentação antes do período das Descobertas, sendo que a população deste extremo ocidental da Europa, que não conhecia o trigo, comia um pão feito de farinha de bolota, para além das suas aplicações medicinais.

As galhas, vulgarmente designadas por bugalhos, que se formam normalmente sobre os ramos e folhas, são estruturas compostas por tecidos destinados à defesa contra invasores das plantas. As galhas mais familiares dos carvalhos, normalmente designadas por "bugalhos", são produzidas em resposta à postura de ovos por pequenas vespas, existindo galhas de diversos tipos, produzidas também por moscas, escaravelhos e ácaros. As galhas constituem um verdadeiro ecossistema em miniatura, existindo espécies animais especializadas na predação e no parasitismo das larvas que se desenvolvem no seu interior e espécies que aproveitam os tecidos das galhas, sem prejuízo dos animais que já se encontram nestas.

Ficha técnica

Família: Fagaceae
Género: Quercus
Espécie: *Quercus robur L.*.
Nome vulgar: Albarinho; Alvarinho; Carvalheira; Carvalho; Carvalho-alvarinho; Carvalho-comum; Carvalho-roble; Roble
Época de floração: Abril – Maio.
Época de frutificação: maturação do fruto entre Setembro e Outubro;
Descrição: espécie caducifólia; copa com ramificação tortuosa, com numerosos ramos grossos; quando jovem a casca é lisa tornando-se grossa e fendida longitudinalmente com a idade; sistema radicular inicialmente pivotante, que com a idade forma raízes secundárias bastante profundas que lhe conferem grande capacidade de resistência ao vento; pode atingir uma altura de 30-40 metros; espécie monóica (floração feminina e masculina ocorre na mesma árvore), sendo que a floração feminina e masculina são desfasadas no tempo, de forma a evitar a auto-fecundação.
Folhas: membranosas, glabras (desprovidas de pêlos), habitualmente com 6-12 cm por 3-6 cm, 4-8 pares de lobos arredondados e um pecíolo muito curto (2-7mm); cor verde intensa; nervuras bem salientes na página inferior.
Flores: flores masculinas amentilhos filiformes, agrupados nas extremidades dos ramos; flores femininas pequenas e arredondadas, entre uma a cinco sobre um longo pedúnculo e possuindo geralmente três estigmas de cor púrpura; polinização anemófila (realizada pelo vento).
Fruto: glande ovóide de cor acastanhada na maturação, inserida numa cúpula basilar escamosa e apoiada num grande pedúnculo.
Habitat: matas em clima temperado, maior influência climática atlântica.
Distribuição: grande parte da Europa, desde a costa Atlântica até aos montes Urais, incluindo a Norte as ilhas britânicas e Escandinávia, e a Sul, a península dos Apeninos, Macedónia e Cáucaso; Península Ibérica corresponde ao limite sudoeste da sua distribuição; em Portugal distribui-se essencialmente pelas regiões do Noroeste português - Minho, Douro Litoral e Beira Litoral.
Curiosidades: Portugal foi bastante coberto por um imenso carvalhal, das diferentes espécies, que o solo ficava de tal modo coberto de bolotas na altura da sua queda, que grande parte delas era arrastada para o oceano com as torrentes.
O atum era grande apreciador das bolotas que chegavam ao mar, a tal ponto que havendo abundância de glandes haveria abundância de atum, sendo esta espécie igualmente conhecida por porco-marinho.

A coruja-das-torres

O grito rouco da coruja-das-torres é muitas vezes o primeiro sinal da sua presença. Nos dias de hoje, com a presença de iluminação artificial, não é difícil observar esta coruja, mas a situação deverá ter sido bem diferente no passado, quando um grito no escuro da noite era susceptível de assustar os mais temerosos.

Gonçalo Elias

A coruja-das-torres é uma ave de distribuição cosmopolita, sendo a única espécie de rapina nocturna que está presente nos cinco continentes. A sua área de distribuição é vastíssima e vai desde o Canadá à Terra do Fogo (Chile), desde a Escandinávia à África do Sul e desde a Índia à Austrália. No total são consideradas vinte e oito subespécies, muitas das quais endémicas de ilhas ou conjuntos de ilhas, como as Galápagos, a ilha de Bioko, o arquipélago de Cabo Verde e a ilha de São Tomé, entre muitas outras. Em Portugal, esta coruja está representada por duas subespécies: *Tyto alba alba* no continente e *Tyto alba* schmitzi na Madeira e no Porto Santo.

No nosso país, a coruja-das-torres surge estreitamente associada à presença humana, sendo frequente em aldeias, vilas e até cidades. Entre os locais que aprecia contam-se os campanários, os velhos celeiros e até as estações de caminho-de-ferro ou os edifícios arruinados nas imediações destas. Estes edifícios são usados como local de repouso e também de nidificação.

Apesar da sua distribuição ampla, a visão desta coruja é pouco familiar para quem habita nas cidades, onde o contacto com a avifauna é muitas vezes reduzido. No entanto, os habitantes das zonas rurais conhecem bem esta espécie, não sendo raros os nomes vernáculos que lhe estão associados (um dos mais originais é o de "coruja-azeiteira", que é utilizado no Alentejo).

Caçadora de ratos

A dieta da coruja-das-torres encontra-se mais bem estudada que a de qualquer outra ave de rapina. Os pequenos roedores, nomeadamente ratos e ratazanas, constituem cerca de 90% da sua dieta, mas esta coruja também pode alimentar-se de passeriformes, particularmente dos que formam dormitórios, como pardais, estorninhos e fringilídeos. Ocasionalmente captura répteis e anfíbios. Para se alimentar, esta coruja frequenta principalmente terrenos agrícolas, de preferência com locais elevados que possam ser usados para praticar a caça à espera, tais como vedações, postes telefónicos, árvores isoladas ou até pivots de rega.

PEDRO MARQUES

Um aspecto curioso e pouco conhecido acerca desta espécie é o facto de ser sobretudo a audição, e não tanto a visão, a ser utilizada para localizar a presa. Isto é possível graças à assimetria existente entre os dois ouvidos, que permite à coruja determinar, com grande precisão, a localização de uma presa. Este facto já foi comprovado mediante testes feitos em zonas de escuridão absoluta, onde a utilização da visão não era de todo possível.

Vítima ou factor de ameaça?

Tal como todas as aves de rapina, também as corujas-das-torres têm sido vítimas da acção humana. Desde tempos imemoriais que as corujas são associadas a lendas e superstições, as quais, apesar de não terem qualquer fundamento, serviram de pretexto a perseguições e abates, que nalguns locais afectaram negativamente as populações de corujas. Outro problema, que atingiu sérias proporções nas décadas de 1950 e 1960, foi o uso de pesticidas, a que se seguiu o uso de raticidas nos anos 70 e 80. A utilização destes produtos teve um impacto negativo nas populações de corujas-das-torres em muitos países europeus. Actualmente, este problema é menos importante, mas as modernas vias de comunicação e a crescente da mobilidade que caracteriza as sociedades modernas deram origem a um novo factor de ameaça: a intensidade do tráfego automóvel, que provoca frequentes atropelamentos, visíveis nos cadáveres que se encontram ao longo das estradas, por exemplo no Ribatejo. Isto acontece devido ao hábito que esta coruja tem de pousar em postes telefónicos e de vedações ao longo da estradas, sendo atingida pelos veículos quando decide voar a baixa altura sobre a estrada.

Por outro lado, a sua fama de exímia caçadora de pequenos roedores levou a que, em certos países europeus, alguns agricultores apreciassem a sua presença, criando condições favoráveis à sua nidificação em celeiros. A espécie chegou mesmo a ser introduzida nalgumas ilhas, nomeadamente nas Seychelles (no oceano Índico) e na ilha de Lord Howe (no oceano Pacífico a leste da Austrália), com o intuito de servir de meio de controlo biológico. Infelizmente o efeito não foi o desejado, pois não só as populações de ratazanas não foram controladas, como ainda se registou um efeito negativo nas populações de aves autóctones, particularmente nas de aves marinhas.

PEDRO MARQUES

Onde observar a coruja-das-torres

Em Portugal, esta coruja distribui-se de norte a sul do país sendo relativamente mais abundante a sul do Tejo. Pode ser vista essencialmente em dois tipos de habitats: as zonas habitadas e os terrenos agrícolas com poucas ou nenhumas árvores.

No que diz respeito às zonas habitadas, tanto ocorre em grandes cidades como em pequenas aldeias, mas é nestas últimas que a sua observação se torna mais fácil, uma vez que o ruído ambiente é menor. Alguns dos locais preferidos por esta espécie são: os campanários das igrejas, os velhos celeiros, as casas arruinadas ou as estações de caminho-de-ferro abandonadas. A maioria das aldeias do Alentejo tem o seu casal de coruja-das-torres.

Quanto aos terrenos agrícolas, tanto podem ser de sequeiro como de regadio, sendo importante que existam pousos a alguns metros do solo, que possam servir para praticar "caça à espera". As lezírias do baixo Tejo, onde existem abundantes pousos, são um dos melhores locais do continente para observar esta espécie.

Ficha técnica:

Nome vulgar: Coruja-das-torres
Outros nomes vernáculos: Bebe-azeite, Coruja-alvadia, Coruja-azeiteira, Coruja-branca
Nome científico: *Tyto alba*
Dimensão: 33-39 cm; envergadura 80-95 cm.
Descrição: plumagem branca e creme; quando está pousada, destaca-se a face branca em forma de coração, no meio da qual se vêem os dois olhos negros; as partes superiores são castanhas e acinzentadas; as asas são longas e quando é vista em voo, à noite, parece totalmente branca por baixo.
Espécies semelhantes: a coruja-do-mato é do mesmo tamanho, mas é bastante mais escura, não tendo por isso o aspecto "fantasmagórico" da coruja-das-torres.
Habitat: frequenta principalmente terrenos agrícolas, mas quase sempre nas imediações de zonas habitadas; durante o dia abriga-se em celeiros, campanários ou edifícios arruinados.
Distribuição: distribui-se de norte a sul do país, estando contudo ausente de zonas montanhosas; parece ser mais abundante no Alentejo e no Ribatejo do que no resto da sua área de distribuição.
Estatuto migratório: Principalmente residente, pode ser observada em Portugal durante todo o ano; após a época de nidificação assiste-se a alguma dispersão, o que faz com que esta espécie se torne localmente muito numerosa, como por exemplo na lezíria ribatejana, junto ao estuário do Tejo.

Legislação Ambiental

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

• **DR 130 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2008-07-08**
Portaria n.º 596-B/2008 - MADRP
Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.4.1, «Apoio à Gestão das Intervenções Territoriais Integradas», do PRODER
Portaria n.º 596-C/2008 - MADRP
Aprova o Regulamento de Aplicação dos Investimentos não Produtivos da Medida n.º 2.4, «Intervenções Territoriais Integradas», do PRODER
Portaria n.º 596-D/2008 - MADRP
Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 4.2.1, «Formação Especializada», do PRODER

• **DR 142 SÉRIE I de 2008-07-24**
Decreto Legislativo Regional n.º 23/2008/A – RAA - AL
Cria um regime de incentivos à compra de terras agrícolas (RICTA)

• **DR 143 SÉRIE I de 2008-07-25**
Decreto Legislativo Regional n.º 31/2008/A – RAA - AL
Estabelece o regime jurídico que fixa as bases gerais do desenvolvimento rural

• **DR 144 SÉRIE I de 2008-07-28**
Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A – RAA - AL
Estabelece o regime jurídico da Reserva Agrícola Regional
Decreto Legislativo Regional n.º 35/2008/A – RAA - AL
Define o regime jurídico do ordenamento agrário

• **DR 153 SÉRIE I de 2008-08-08**
Portaria n.º 820/2008 - MADRP
Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.6.2, «Regadio de Alqueva», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente
Portaria n.º 821/2008 - MADRP
Aprova o Regulamento da Aplicação da Acção n.º 1.3.2, «Gestão Multifuncional», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente
Portaria n.º 828/2008 - MADRP
Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.3.1, «Melhoria produtiva dos povoamentos», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

• **DR 155 SÉRIE I de 2008-08-12**
Portaria n.º 846/2008 - MADRP
Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.3.3 «Modernização e Capacitação das Empresas Florestais», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

ÁGUA

• **DR 139 SÉRIE I de 2008-07-21**
Decreto-Lei n.º 129/2008 - MAOTDR
Aprova o regime dos planos de ordenamento dos estuários

• **DR 157 SÉRIE I de 2008-08-14**
Decreto Legislativo Regional n.º 33/2008/M – RAM - AL
Adapta à Região Autónoma da Madeira a Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, que aprova a Lei da Água, bem como o Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de Março, que complementa o regime jurídico consagrado na Lei da Água

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/CAÇA/PESCA

• **DR 130 SÉRIE I de 2008-07-08**
Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A – RAA - AL
Cria o Parque Natural da Ilha de São Miguel

• **DR 131 SÉRIE I de 2008-07-09**
Decreto Legislativo Regional n.º 20/2008/A – RAA - AL
Cria o Parque Natural da Ilha do Pico

• **DR 139 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2008-07-21**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 - PCM
Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental

• **DR 142 SÉRIE I de 2008-07-24**
Decreto-Lei n.º 142/2008 - MAOTDR
Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade

• **DR 146 SÉRIE I de 2008-07-30**
Decreto Legislativo Regional n.º 36/2008/A – RAA - AL
Define o quadro legal da pesca-turismo exercida nas águas da subárea dos Açores da zona económica exclusiva (ZEE) portuguesa

• **DR 153 SÉRIE I de 2008-08-08**
Decreto-Lei n.º 159/2008 - MADRP
Aprova a Lei Orgânica da Autoridade Florestal Nacional

• **DR 156 SÉRIE I de 2008-08-13**
Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/M – RAM - AL
Cria a Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo e consagra o respectivo regime jurídico

• **DR 157 SÉRIE I de 2008-08-14**
Portaria n.º 886/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal de Sarzedas-Estacal, (ZIF n.º 20, processo n.º 061/06-DGRF)
Portaria n.º 887/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal de São José das Matas, (ZIF n.º 23, processo n.º 046/06-DGRF)
Portaria n.º 888/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal de Ortiga, (ZIF n.º 15, processo n.º 040/06-DGRF)
Portaria n.º 889/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal de Aldeia do Mato, (ZIF n.º 24, processo n.º 015/06-DGRF)
Portaria n.º 890/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal de Tábua Mondego, (ZIF n.º 27, processo n.º 053/06-DGRF)
Portaria n.º 891/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal da Penoita, (ZIF n.º 22, processo n.º 069/06-DGRF)
Portaria n.º 892/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal de Lourosa, (ZIF n.º 28, processo n.º 038/06-DGRF)
Portaria n.º 893/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal de Alcobertas, (ZIF n.º 25, processo n.º 048/06-DGRF)
Decreto Legislativo Regional n.º 35/2008/M – RAM - AL
Estabelece o regime de protecção dos recursos naturais e florestais

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/POLUIÇÃO DO AR

• **DR 125 SÉRIE I de 2008-07-01**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2008 - PCM
Visa promover a eficiência energética e ambiental nos transportes rodoviários de mercadorias por conta de outrem estimulando a renovação e o reequipamento das frotas

• **DR 139 SÉRIE I de 2008-07-21**
Decreto-Lei n.º 127/2008 - MAOTDR
Regula a execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (CE) n.º 166/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Janeiro, relativo à criação do Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes

• **DR 145 SÉRIE I de 2008-07-29**
Portaria n.º 698/2008 – MAOTDR; MEI
Aprova o modelo do pedido de título de emissão de gases com efeito de estufa e o modelo de título de emissão de gases com efeito de estufa

• **DR 154 SÉRIE I de 2008-08-11**
Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 22/2008/M
Apresenta uma resolução sobre o regime de excepção para as Regiões Ultraperiféricas no Comércio Europeu das Licenças de Emissão de Gases - Aviação

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

• **DR 125 SÉRIE I de 2008-07-01**
Decreto n.º 19/2008 - MOPTC
Cria um regime de medidas preventivas na zona do Campo de Tiro de Alcochete, onde se encontra prevista a construção do novo aeroporto de Lisboa, e nas áreas circundantes

• **DR 126 SÉRIE I de 2008-07-02**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 105/2008 - PCM
Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional no município de Oliveira de Azeméis

• **DR 133 SÉRIE I de 2008-07-11**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2008 - PCM
Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional no município de Alpiarça
Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2008 - PCM
Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional no município de Viana do Castelo

• **DR 139 SÉRIE I de 2008-07-21**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2008 - PCM
Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional no município de Vale de Cambra
Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2008 - PCM
Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional no município do Sabugal
Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2008 - PCM
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional no município de Sines

Legenda
AR - Assembleia da República
MADRP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAI - Ministério da Administração Interna
MAOTDR - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEI - Ministério da Economia e da Inovação
MFAP – Ministério das Finanças e Administração Pública
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOPTC - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MS – Ministério da Saúde
MTSS - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
PCM - Presidência do Conselho de Ministros
PR – Presidência da República
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
RAA – SGAM – Região Autónoma dos Açores – Secretaria Geral do Ambiente e do Mar
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Fonte: Diário da República Electrónico Sumários (http://dre.pt/)

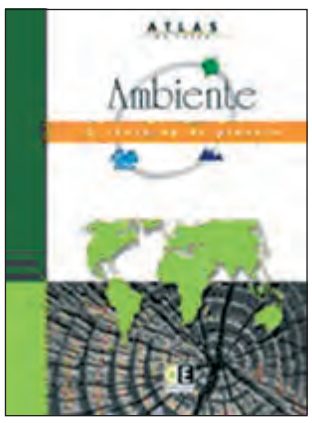
• **DR 142 SÉRIE I de 2008-07-24**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Castelo de Paiva, pelo prazo de dois anos
Decreto Legislativo Regional n.º 24/2008/A – RAA - AL
Estabelece as medidas preventivas aplicáveis na zona de implantação do futuro heliporto da ilha de São Jorge
• **DR 150 SÉRIE I de 2008-08-05**
Decreto-Lei n.º 152/2008 - MOPTC
Aprova o regime jurídico da Rede Nacional de Plataformas Logísticas
• **DR 151 SÉRIE I de 2008-08-06**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2008 - PCM
Suspende parcialmente o Plano Director Municipal de Lisboa, pelo prazo de dois anos

RESÍDUOS
• **DR 139 SÉRIE I de 2008-07-21**
Decreto-Lei n.º 128/2008 - MAOTDR
Constitui a sociedade RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A., e transmite-lhe o exclusivo da gestão e exploração do sistema multimunicipal de triagem, recolha selectiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira
• **DR 141 SÉRIE I de 2008-07-23**
Resolução da Assembleia da República n.º 32/2008 - AR
Recomenda ao Governo a promoção da redução do uso de sacos de plástico
Resolução da Assembleia da República n.º 33/2008 - AR
Para a promoção da redução e reutilização de sacos de compras
• **DR 145 SÉRIE I de 2008-07-29**
Decreto-Lei n.º 149/2008 - MOPTC
Aprova o Regulamento Que Estabelece as Disposições Administrativas e Técnicas para a Homologação dos Veículos das Categorias M(índice 1) e N(índice 1), Referentes à Reutilização, Reciclagem e Valorização dos Seus Componentes e Materiais, transpondo parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/64/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro
• **DR 146 SÉRIE I de 2008-07-30**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2008 - PCM
Renova a prestação de serviços de recolha, transporte, transformação e eliminação de cadáveres de animais mortos nas explorações, no âmbito do sistema de recolha de cadáveres de animais mortos nas explorações (SIRCA - bovinos e equídeos)

OUTROS
• **DR 145 SÉRIE I de 2008-07-29**
Decreto-Lei n.º 147/2008 - MAOTDR
Estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro.
• **DR 146 SÉRIE I de 2008-07-30**
Decreto-Lei n.º 150/2008 - MAOTDR
Aprova o regulamento do Fundo de Intervenção Ambiental
• **DR 153 SÉRIE I de 2008-08-08**
Decreto-Lei n.º 157/2008 - PCM
Estabelece o regime de articulação de procedimentos administrativos de consulta pública e publicitação aplicável aos projectos reconhecidos como de potencial interesse nacional (PIN)
• **DR 154 SÉRIE I de 2008-08-11**
Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A – RAA - AL
Aprova o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores
• **DR 155 SÉRIE I de 2008-08-12**
Decreto Legislativo Regional n.º 28/2008/M – RAM - AL
Estabelece o regime jurídico de protecção e de extracção e dragagem de materiais inertes da orla costeira na Região Autónoma da Madeira
Decreto Legislativo Regional n.º 30/2008/M – RAM - AL
Estabelece o regime jurídico do licenciamento, exercício da actividade e fiscalização das empresas de animação turística na Região Autónoma da Madeira.

Leitura ecológica

O *check-up* do planeta – Atlas do Ambiente



As ameaças que o planeta sofre e o que o pode salvar são as questões que o Atlas do Ambiente do "*Le Monde Diplomatique*" pretende responder, ao longo das suas páginas, mapas e gráficos.
O Atlas pretende ajudar a compreender problemas tão diversos como a degradação dos solos, a escassez da água, as alterações climáticas e as doenças do Ambiente. Mas fala também de casos mais específicos, como o conflito e o ambiente na Palestina e a herança do nuclear soviético.
Para mostrar que, depois dos consensos, é necessário pô-los em prática, o Atlas do Ambiente sublinha alguns dos melhores exemplos do que já está a ser feito para travar a "crise ambiental". São exemplos a ambição sueca de querer tornar-se uma sociedade sem petróleo, a ecocidade chinesa Dongtan e Nova Iorque enquanto pioneira da protecção da água.
Cada tema é acompanhado por uma bibliografia que inclui sites na Internet e livros.
Preço: € 18,9
Este livro pode ser adquirido através do sítio http://www.didacticaeditora.pt

internet
Links

O Tagis – Centro de Conservação das Borboletas de Portugal, é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) formada no Museu Nacional de História Natural a 4 de Março de 2004, cujos objectivos são:
• Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies e habitats
• Promover a valorização das áreas protegidas e dos sítios e zonas de protecção especial integrados no processo da Rede Natura 2000
• Desenvolver acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats
• Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade.
• Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil
• Intensificar a cooperação Internacional
http://www.tagis.org

Conselho ambiental

Reutilização de manuais escolares

O final do Verão tende a ser um desafio para muitas famílias e para o ambiente. É a época de adquirir material escolar, com particular destaque para os livros que irão acompanhar as crianças e jovens no ano lectivo que se inicia.
Recentemente, a legislação aplicável mudou e alguns livros já podem ser usados por vários anos, contudo, um sistema que permita a reutilização quase em pleno dos manuais de um ano para o outro nunca existiu. Em consequência, todos os anos milhares de livros escolares são postos de lado ou deitados fora uma vez que não há um sistema organizado de promoção da sua reutilização.
Quando pensamos que para produzir uma tonelada de papel precisamos de 15 a 20 árvores, podemos imaginar a quantidade de árvores que podemos poupar se conseguirmos garantir a reutilização dos manuais escolares. Isto para não falar na redução de emissões de gases com efeito de estufa e outros poluentes, bem como o gasto de água e a produção de resíduos. E como é óbvio, a estes ganhos ambientais podemos juntar o ganho económico para as famílias que o consigam fazer.
Perante a necessidade de alterar este panorama de desperdício de recursos ambientais e económicos várias foram as iniciativas que Câmaras Municipais, escolas e outras entidades ou mesmo cidadãos foram desenvolvendo nos últimos anos. Contudo, só em 2008 surgiu uma iniciativa em larga escala, aplicável a Portugal Continental, que tem por objectivo a promoção da reutilização dos manuais escolares, denominada Clube dos Livros Escolares.
Esta iniciativa permite que quem venda os manuais escolares do ano anterior e adquira os do novo ano lectivo na rede do Clube possa poupar até 70% do valor que pagaria por manuais novos.
Para obter mais informações sobre esta iniciativa pode consultar a página: www.clubedoslivros.com. Ou ligar para o número: 214691892.
Para doar ou vender os seus manuais pode contactar o Clube ou usar um dos muitos "Livrões" que poderá encontrar nas agências da Caixa Geral de Depósitos, nas lojas do Pingo Doce e Feira Nova Aderentes, nas Livrarias Bertrand, bem como em diversos outros locais como escolas. Para saber qual o livrão mais próximo de si, consulte a página do Clube onde poderá fazer uma pesquisa por Distrito. Também é possível a uma entidade tornar-se apoiante desta iniciativa disponibilizando um livrão nas suas instalações.
Se tem manuais escolares de que já não necessita e que estão em boas condições entregue-os num destes pontos de recolha, podendo nessa altura optar pela venda ou pela doação desses livros. Em qualquer dos casos estará sempre a apoiar a Entrajuda ao mesmo tempo que contribui directamente para a preservação das florestas e poderá poupar muitos euros ou permitir que outras famílias poupem.
Vá a www.clubedoslivros.com e ajude o ambiente poupando muito dinheiro.
Susana Fonseca

Um conto da natureza

Lagutro – A Aldeia Ameaçada

escrito por
Alexandrina Pipa

Olá, eu sou o texugo Afonso, vivo, na aldeia de Lagutro, numa toca no Vale da Ribeira. Sou vizinho da raposa Mariana e da doninha Sofia.

Poucos me conhecem por aqui, só saio à noite, quando os Homens e a maioria dos seres vivos dormem.

Hoje estou muito nervoso, pois aconteceu uma coisa muito desagradável aqui na nossa aldeia; ainda pouca gente sabe o que se passa, mas eu vou contar-vos tudo para que compreendam o que eu estou a sofrer.

Lagutro era uma aldeia calma onde todos os seres vivos viviam em paz, havia por aqui muitas árvores grandes e pequenas, novas e velhas, os animais tinham por isso muitos sítios para se esconderem, para dormirem, e mesmo para criar casas, fazer ninhos e viverem com as suas famílias. Os Homens respeitavam os animais selvagens e nós respeitávamos os homens.

Esta noite falei com o sobreiro Joaquim, que é um velho sobreiro que vive junto à pequena povoação de Lagutro; os Homens sempre o respeitaram: o sobreiro dava-lhes a sua cortiça, a sua sombra e as suas bolotas e em troca os Homens deixavam-no viver ali.

Durante a noite encontrei o sobreiro a gemer e parecia contorcer-se de dor.

– De que é que te queixas, Joaquim? - perguntei-lhe eu.

– Da pouca sorte! - respondeu.

– Má sorte!- exclamou o Dimas, o mocho galego que estava empoleirado num dos ramos do sobreiro.

– Mas que má sorte vem a ser essa agora? Estão a gozar comigo, não!?- perguntei eu, desconfiado de que eles me estivessem a pregar uma partida.

– Antes fosse isso! - lamentou-se o sobreiro.

Então... Então o que foi? - perguntei-lhe eu já preocupado com o ar triste que eles tinham.

* Conta-lhe vai - incentivou-o o mocho galego.

* Lembras-te da história da barragem? - perguntou o sobreiro.

* Ora!? Quem não se lembra?! - respondi.

Há alguns anos atrás os Homens construíram aqui num vale perto do Vale da Ribeira uma grande barragem. Era para produzir electricidade e para terem água para regar os campos, diziam eles. Eu por mim vivo bem sem electricidade, mas parece que os humanos gostam muito dela, usam-na quando precisam e quando não precisam, são capazes de deixar aparelhos ligados à electricidade e luzes acesas mesmo quando não estão em casa. Sabiam que alguns até deixam aquecedores ligados com as janelas abertas e outros, mesmo com as janelas e as portas fechadas, têm tantas frestas na casa que é uma sorte se ficar lá algum calor dentro. Depois, dizem por aí que algumas casas dos humanos são construídas com materiais de tão má qualidade que mais valia viver na toca de um texugo. Desde que não seja na minha tudo bem hé! Hé! Hé! E a água? Para desperdiçarem água eles são os maiores... alguns, claro.

Quem não se lembra da onda de refugiados da barragem do Rio do Povo, do primo João, da raposa Isabel, da doninha Teresa, e de muitos outros amigos e conhecidos que se refugiaram aqui no vale da ribeira por causa da barragem.

Pior sorte tiveram aqueles que não conseguiram fugir a tempo e aqueles que foram obrigados a ir morar fora do seu habitat. Não conseguiram habituar-se e acabaram por ir para a extinção; eu não sei, mas dizem que a extinção é uma espécie de céu para onde os seres vivos vão quando morrem todos os elementos de uma família que vivia num dado lugar. Pobres plantas que lá viviam e não conseguiram fugir a tempo... Talvez estejam agora felizes na extinção!...

- Queres ouvir-me ou não!??? - ralhou-me o Sobreiro Joaquim, sem me aperceber tinha ficado imenso tempo calado a pensar na história da barragem.

-Adormeces-te ou quê? - perguntou o mocho.

* Hum?! Desculpem, estava a pensar na barragem.

* Pois, mas o assunto é muito grave, para te perderes por aí com pensamentos - ralhou-me o Sobreiro.

* Já pedi desculpa - disse eu.

* Sabes que esteve cá ontem o Senhor Pin? - perguntou o Sobreiro.

* Maaaau!!!! A fazer o quê!? - perguntei eu desconfiado.

* Imagina!?- acrescentou o mocho.

* Parece que querem construir aqui várias casas e um hotel para turistas - explicou o Joaquim.

* O Senhor Pin vinha acompanhado por mais dois homens, passaram algum tempo a falar debaixo dos meus ramos, e eu ouvi tudo. Um dos homens disse ao Senhor Pin que tinha muito dinheiro, que queria limpar toda a floresta do Vale da Ribeira e construir desde lá até aqui; vejam lá que até falaram em cortar-me para lenha. Que sorte malvada! Aquilo a que uma pobre árvore pode chegar: a lenha, ainda viva.

* Então e nós!? O que vai ser de nós, de todos os habitantes do Vale da Ribeira?! - perguntei alarmado.

* Eles, não se preocupam connosco, só querem saber deles próprios e do dinheiro - disse o Dimas chateado.

* Mas??? Mas esta não é uma área protegida? - perguntei.

* Não fiques assim tão descansado, os homens fazem e desfazem as áreas protegidas conforme as suas vontades - explicou o sobreiro Joaquim.

* Então e as leis dos Homens? - perguntei eu, cada vez mais confuso.

* As leis dos homens?... As leis dos homens de pouco valem quando há dinheiro em jogo - disse o mocho.

* Cada vez percebo menos!!?? Então mas isto é um jogo!? E nós o que somos? - perguntei.

* Nós?? Para alguns homens, nós somos muito pouco, eles vêem-nos como empecilhos, até me querem cortar para lenha, vê lá tu? - queixou-se o Joaquim.- Eu que sempre dei abrigo, cortiça e bolotas a tanta gente e agora querem acabar comigo.

* Mas não podem acabar contigo! - gritei eu.

* Eles podem tudo, basta terem dinheiro - exclamou o mocho.

* Dinheiro? Mas o que é que esse maldito papel tem a ver com isto? - perguntei eu.

* Não sei, mas foi o que ouvi os homens dizer, sabem? Tenho muito medo que seja verdade - queixou-se o sobreiro em voz baixinha.

* Não percebo esta forma de vida dos humanos, afinal, eles são mais uma espécie animal, tal como nós, o que acontece é que eles só têm duas pernas, e dizem que pensam - disse o mocho.

* Ora!? Eu também penso, penso como arranjar comida, como brincar com os meus amigos, como arranjar casa, e penso que os humanos não deviam mandar mais do que nós - disse eu já muito chateado.

* Acho que deveríamos todos de ter direito a uma opinião, uma palavra a dar, até porque o mundo não é deles nem de ninguém. Todos os seres vivos que habitam o planeta neste momento, daqui a alguns anos já cá não estão, nessa altura serão outros a habitá-lo - disse o Dimas.

* Ninguém devia ter o direito de dar cabo do planeta, pois ele não é de ninguém - explicou o Sobreiro.

* Mas então, com que direito é que os humanos podem fazer o que lhes apetece de um mundo que nem sequer lhes pertence? Estragar, destruir e mandar para o planeta da extinção muitas espécies que nem sequer eles chegaram a conhecer? - perguntei eu.

* Eles querem pegar em Lagutro e transformá-lo numa coisa artificial, encherem-no de construções, e acabar com a vida selvagem, encher esta terra de poluição, de fumos, de ruído... E... E não nos dão sequer uma casa, uma toca, um sítio, para como eu e outras plantas podermos esticar as raízes? Que mundo é este? Para onde é que os humanos caminham? - reclamou o sobreiro, sem sequer dar ouvidos ao que eu dizia.

* Para a extinção?... - interrompeu o mocho - Sim, também os humanos um dia poderão ir para a extinção - concluiu.

* Temos que fazer alguma coisa por Lagutro! - gritei

* Calma, temos que pensar... - disse o Joaquim

* Sim, tens razão. O que é que podemos fazer? - perguntei.

* Temos que reunir um conselho da floresta - apressou-se o mocho.

* Conselho da floresta?... Parece-me boa ideia - concordou o Sobreiro.

* Vamos falar com todos os bichos de Lagutro, temos que explicar a toda a gente o que se passa, convocar uma reunião para amanhã à meia noite, aqui neste sítio, protegido pelos meus ramos - prontificou-se o sobreiro.

* Vamos falar todos para tentar impedir que a destruição da nossa terra continue. Afinal também cá vivemos - disse o Dimas

* Convoquem também o menino Guilherme. O representante dos Homens não pode faltar, e lembrem-se que nem todos os Homens são iguais, há muitos que nos respeitam da mesma forma que nós os respeitamos. Não se esqueçam disso. Não confundam as coisas! - pediu o sobreiro.

* É, tens razão, há muitos humanos que respeitam a Natureza - concordou o Mocho.

Dividimo-nos então, eu e o Dimas com o objectivo de convocar todos os seres vivos para o conselho da floresta. Hoje vou ter que ficar sem dormir, estou cheio de sono. Já é tarde e ainda tenho que falar com o escaravelho Zé Zé, com a raposa Lídia, com... aaaai...ai... ai...estou atrasado, não tenho tempo para vos contar mais nada. Depois, mais tarde, conto-vos como correu o Conselho da Floresta e o que se passar a seguir.

Assembleia do Núcleo Regional da Guarda

Dia 4 de Outubro de 2008, pelas 18:30 horas, na sede do Núcleo Regional da Guarda, Central de Camionagem.
Nos termos dos respectivos Estatutos, convocam-se todos os sócios da Quercus - ANCN, pertencentes à área geográfica do Núcleo Regional da Guarda, para reunirem em Assembleia de Núcleo, a realizar no dia 4 de Outubro de 2008 pelas 18:30 horas, nas sede do Núcleo da Guarda, central de camionagem da Guarda, com a seguinte ordem de trabalhos:
1- Informações;
2 – Apresentação e apreciação do Relatórios de Actividades e Contas referentes a 2007;
3- Apresentação e apreciação do Plano de Actividades e Orçamento referentes a 2008;
4 – Outros assuntos
Nomeia-se o sócio Ricardo Nabais para presidir à Mesa da Assembleia de Núcleo.
Caso não se encontrem presentes mais de metade dos sócios com direito a voto à hora marcada, a Assembleia Reunirá 30 minutos depois, com qualquer número de sócios.
Guarda, 14 de Agosto de 2008

O Presidente da Direcção Nacional
Hélder Spínola

Assembleia do Núcleo Regional de Aveiro

Dia 7 de Novembro de 2008, pelas 20:00, na Urb. de Santiago, Bl. 25 – R/C F, em Aveiro.
Nos termos dos respectivos Estatutos, convoco todos os associados da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza constantes como inscritos na área geográfica do Núcleo Regional de Aveiro para uma reunião ordinária da Assembleia do Núcleo, a realizar na sede regional provisória, situada na Urb. de Santiago, Bl. 25 – R/C F, em Aveiro, no dia 7 de Novembro de 2008 (sexta-feira), com início às 20:00 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
1 – Deliberação sobre a estratégia do Núcleo Regional de Aveiro para os anos 2009 e 2010;
2 – Deliberação sobre outros assuntos de interesse para o Núcleo.
A Assembleia do Núcleo reunirá em primeira convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados.
Nomeio o associado Leonel Seroto Rocha para presidir à Mesa da Assembleia do Núcleo.
Funchal, 8 de Setembro de 2008.

O Presidente da Direcção Nacional da Quercus - A.N.C.N.,
Hélder Spínola

SÃO

A São (Conceição Veiga), companheira de sempre do João Paulo Pedrosa e ex-dirigente do Núcleo de Castelo Branco, partiu para a sua última viagem.
Partiu tranquila e rodeada de pessoas queridas.

Há mais de dez anos, foi-lhe diagnosticada Esclerose Lateral Amiotrófica, mas nunca se deu por vencida por ELA -. " uma visita que se me instalou em casa sem convite e que não posso expulsar ", como se lhe referia.

Com a mobilidade já reduzida, manteve até ao fim o Sítio que ela própria construiu (www.saoveiga.com) e uma intensa correspondência electrónica com os incontáveis amigos que tinha por todo o País e fora dele. Recebíamos as mensagens da São como uma lufada de ar fresco – hilariantes, tantas vezes, algumas outras, sofridas – mas, sempre, irónicas e mordazes, como ela própria.
A São era mesmo uma excelente professora - para muitos dos que tivemos a sorte de a conhecer, foi um exemplo e uma lição de vida.
" Os afectos são a vida, logo eu estou viva e feliz!", dizia.
A São partiu, mas perdurará na nossa memória.
E é já muita, a saudade.

Ana Cristina Figueiredo

Nascimento de lobos no Centro de Recuperação do Lobo Ibérico

Temos o prazer de informar que nesta época de reprodução nasceram dois lobitos no Centro de Recuperação do Lobo Ibérico (CRLI).
Esta é uma notícia que nos apraz dar, pois permitirá continuarmos os objectivos que nos propomos, nomeadamente um contributo forte e sustentado para a recuperação da população lupina no nosso país.
Os lobitos, um macho e uma fêmea, foram designados por Soajo e Faia, respectivamente, e encontram-se de boa saúde.
Convidamo-vos a visitá-los a partir de Outubro no CRLI.

Mecenas:
Brisa
vodafone
bp
Águas de Portugal
Labesfal Genéricos
Apoio:
Montepio

Fotocopie e envie para QUERCUS A.N.C.N. – Apartado 230 • 7801-903 Beja

QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios: Apartado 230 • 7801-903 Beja
E-mail: quercusbeja@netc.pt • Telf.: 284 321 326
Núcleos: Algarve • Aveiro • Beja e Évora • Braga • Bragança • Castelo Branco • Coimbra e Viseu • Cova da Beira/Covilhã • Funchal/Madeira • Guarda • Lisboa • Litoral Alentejano • Ribatejo e Estremadura • Portalegre • Porto • Setúbal • S. Miguel/Açores • Ilha Terceira • Viana do Castelo • Vila Real

A preencher pela QUERCUS
Nº Sócio
Estado
Núcleo
Data
/
/

Boletim de Admissão a Sócio

Nome
Sexo (F/M)
Morada
Localidade C.P. -
Concelho Distrito País
Telefone Fax E-Mail
BI nº Data Nasc. / / Nacionalidade
Profissão
Data Assinatura
QUOTA mínima anual – Até 16 anos: 8 Euros • Estudantes (até aos 25 anos): 13 Euros • Adultos: 20 Euros • Colectivos: 45 Euros
Forma de Pagamento: Numerário, Cheque/Vale Postal nº _____ Banco _____ Valor _____
A preencher pela QUERCUS
Recebido – núcleo / CEA / etc.
Receptor da Inscrição

Quercus ambiente

Ficha Técnica

Propriedade: Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza
Morada: Centro Associativo do Calhau • Bairro do Calhau • 1500-045 Lisboa
Telefone: 21-778 84 74 • **Fax:** 21-778 77 49
E-mail Quercus Ambiente:jornal@quercus.pt
Site Quercus: www.quercus.pt
Director: Helder Spínola
Coordenador de produção: Susana Fonseca
Direcção Editorial: Idalina Perestrello
Marketing: Marcos Bartilotti
Grafismo: Liliana Fernandes
Colaboraram neste número: Alexandrina Pipa; Ana Almeida; Ana Cristina Figueiredo; Ana Cristina Costa; Ana Martins; Andreia Gama; Cândida Mendes; Custódia Gonçalves; Direcção Nacional da Quercus; Ecocasa; Eduardo Dias; Gonçalo Elias; Grupo Lobo; Hélder Spínola; Idalina Perestrelo; João Paulo Fonseca; José Paulo Martins; Márcia Ferreira; Moinho da Carvalha Gorda; Núcleos Regionais de Beja/Évora, de Braga, da Guarda, de Portalegre, do Porto da Quercus; Paulo Lucas; Programa Antídoto; Sandra Oliveira; Samuel Infante; Sara Campos; Sofia Vilarigues; Sónia Ferreira; Susana Fonseca; Vitor Almada; Zoomarine.
Fotos capa: Albano Soares (AS); Quercus Castelo Branco (QCB); Sofia Vilarigues (SV).
Fotos: Albano Soares; Ana Paiva; Ângela Pereira; Cândida Mendes; Carla Santos; Domingos Patacho; Ecomeios; Francisco Areias; GEVA; Hélder Spínola; Idalina Perestrelo; Inês Almeida; Liliana Fernandes; Michal Koralewski; Moinho da Carvalha Gorda; Nabais; Nuno Sequeira; Paulo Lucas; Pedro Marques; Pedro Martins; Samuel Infante; Sofia Vilarigues; Vidaguas; www.lidera.info.
Impressão: Mirandela Artes Gráfica
Tiragem: 10 000 exemplares
Depósito Legal nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Errata: O autor do artigo "Na pista das florestas do Cambodja", que foi publicado no Quercus Ambiente 30, é da autoria de Arnaud Guidal e não de Manuel Trindade. Manuel Trindade orientou o trabalho e fez a tradução e adaptação.

sumo

Um Grande Grupo.
Um **Elemento Comum.**

Dedicação e competência para a valorização do ambiente natural e humano.

A missão do Grupo AdP é prestar serviços nas áreas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de tratamento e valorização de resíduos, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Através de um conjunto de empresas que operam em todo o País, promovemos diariamente serviços de qualidade e em quantidade a mais de 70% da população portuguesa.

A capacidade dos recursos técnicos e a competência dos recursos humanos do universo empresarial do Grupo é reforçada pela dedicação que temos pela valorização da qualidade do ambiente e da vida das pessoas.

Trabalhando em conjunto por este elemento comum, **cuidamos do património das futuras gerações.**

ÁGUAS DE PORTUGAL

www.adp.pt

O presente projecto, co-financiado pela União Europeia, contribui para a redução das disparidades sociais e económicas entre os cidadãos da União Europeia